

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A e Controladas												
CNPJ nº 44.507.288/0001-60												
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO												
Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia" ou "IBH XVII") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia: A IBH XVII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Essentia PCH S.A. e suas controladas (em conjunto, as "PCHs"). As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW. Governança corporativa A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão,												
baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Responsabilidade ambiental e social: A IBH XVII vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais. Recursos humanos: O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes												
refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. Agradecimentos: A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especialis reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024.												
A Administração.												
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)												
BALANÇOS PATRIMONIAIS												
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO												
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE												
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA												
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024												
1. Contexto Operacional: A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4.º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista, pode, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). Em 30 de junho de 2022 a Companhia, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("IBH XIX"), empresa controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER"), concluiu a operação de compra da totalidade das ações da companhia Essentia PCHs S.A. A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detêm ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:												
1.1 Principais movimentações do exercício de 2024: (a) Emissão de Debêntures: A Companhia realizou em 08 de março de 2024 a sua 3ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 29 de junho de 2025, montante total de R\$ 103.278. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 20. (b) Reorganização Societária - Cisão Parcial: A Companhia passou por um processo de otimização da estrutura societária, que se iniciou em 2023 e foi finalizado em 2024. Em 2023 ocorreu a primeira reorganização societária, em que ao final da transação, a Companhia passou a deter 68% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 84%), e a IBH XIX passou a deter 32% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 16%). Em 2024 ocorreu a segunda reorganização societária, de modo que ao final de todos os passos, a Companhia passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente 68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Desta forma, o PIER - acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX - ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. Dentre os passos da reorganização, houve a captação de debêntures privadas pela Companhia, sendo os recursos primordialmente utilizados para reduzir o saldo devedor das dívidas existentes e, ao final, essas debêntures privadas foram convertidas em capital pelo PIER, mediante a transferência de 17% das ações da Essentia PCHs. Abaixo, alguns detalhes adicionais da operação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, a Companhia aprovou, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de seus ativos, de modo que a Companhia permaneceu com 51% de participação na Essentia PCHs, e os outros 17% de participação passaram a fazer parte da Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. ("IBH XVIII"), e que incorporou a sua parcela cindida. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da Companhia. As Debêntures Privadas da Companhia, as quais passaram para a IBH XVIII durante o processo de cisão e incorporação, contavam com o PIER como debenturista. Desta forma, o PIER em seguida realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVIII-A. O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 12 de março de 2024 está composto abaixo:												
Por fim, (i) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVIII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Brasil Holding XIX ("IBH XIX"); (ii) a IBH XVII permaneceu como controladora de 51% da Essentia PCHs, e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs. 1.2 Situação financeira: O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 é de R\$224.759 na Controladora (R\$19.106 positivo em 31 de dezembro de 2023) e de R\$336.108 no Consolidado (R\$46.071 em 31 de dezembro de 2023) e decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses.												
administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. Controladas indiretas: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.: Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELIG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049. Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.: Produtor independente de energia elétrica												

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



18. Intangível: Política contábil

(a) Direito de autorização: Direito de autorização registrados nas controladas indiretas oriundos da repactuação da extensão do prazo de outorga ocorrido em 2021 e ativos identificados quando da aquisição das controladas indiretas pela Essentia PCHs (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH II). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão: Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga. A Companhia reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

(c) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Consolidado

<

CNPJ nº 34.984.919/0001-89

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("Companhia" ou "IBH IV") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A **Companhia**: A IBH IV é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito e gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, e as sociedades Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. e suas controladas. O parque eólico iniciou a operação comercial para o complexo sua totalidade em agosto de 2024. O empreendimento está localizado em Xique Xique e em Itaguai da

465. ambas no estado da Bahia, e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 1465 MW, distribuída em 75 aerogeradores. **Governança corporativa:** A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH IV vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome, são princípios primordiais. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH IV, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com

A longa experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletidas em medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos: A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deseja consignar seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2024. São Paulo, 31 de março de 2025. **A Administração.**

quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	18	-	-	202.577	155.598
Custos operacionais	19	-	-	(206.452)	(154.617)
Resultado bruto		-	-	(3.875)	981
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(22.780)	(23.168)	(26.094)	(25.624)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(95.912)	1.630	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(118.692)	(16.638)	(29.969)	(24.643)
Receitas financeiras		3.227	10.565	19.871	31.752
Despesas financeiras		(92.470)	(118.048)	(186.328)	(121.894)
Resultado financeiro	21	(89.233)	(107.483)	(166.457)	(90.142)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(207.925)	(124.121)	(196.426)	(114.785)
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(11.499)	(9.336)
Prejuízo do exercício		(207.925)	(124.121)	(207.925)	(124.121)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações – em R\$	17	(0,1323)	(0,0797)	(0,1323)	(0,0797)

	Controladora		Consolidada	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(207.925)	(124.121)	(207.925)	(124.121)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Controladora		Consolidada	
Nota	2024	2023	2024	2023

	Controladora		Consolidado	
Nota	2024	2023	2024	2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(207.925)	(124.121)	(207.925)	(124.121)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial		8	95.912	(6.530)	—
Depreciação e amortização	9 e 10	445	176	88.563	1.797
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	13 e 14	86.814	114.091	206.013	116.367
Amortização dos custos de transação	13 e 14	(2.399)	3.244	(3.841)	3.244
(Aumento) diminuição dos					

1. Contexto operacional: A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia” ou “IBH IV”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“IBH V”), constituída em 25 de setembro de 2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. (“IBH SV”), constituída em 10 de setembro de 2021. Ambas as controladas diretas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Xique Xique, Itaguacu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia elétrica. O Parque Eólico de São Vitor possui capacidade instalada de cerca de 465 MW. Em 31 de dezembro de 2024, todas as SPEs estão 100% operacionais. As SPEs possuem outorga de 35 anos a contar das datas de publicação das Resoluções Autorizativas abaixo.

SPE	N° de Aerogeradores	
	Total	Em Operação Comercial
São Vitor 01	5	5
São Vitor 02	5	5
São Vitor 03	5	5
São Vitor 04	5	5
São Vitor 05	5	5
São Vitor 06	5	5
São Vitor 07	7	7
São Vitor 08	5	5
São Vitor 09	5	5
São Vitor 10	7	7
São Vitor 11	5	5
São Vitor 12	5	5
São Vitor 13	5	5
São Vitor 14	6	6
Total	75	75

A Administração realiza o monitoramento do seu caixa e das necessidades de investimento que considera o suporte financeiro da Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para as atividades operacionais, de investimento e de financiamentos por pelo menos um ano e um dia após a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto são suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), por meio de linha de crédito de R\$655.000 e o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), por meio de linha de crédito de R\$548.073. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas, continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratuais, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

a) Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas das Companhias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFR"). Os dados e evidências todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação constante da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2025.

b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado nos períodos pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização das demonstrações financeiras, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras arrecadações desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receita ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações essenciais em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisões para bônus, provisão para desmobilização de ativos e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH IV e suas controladas, nas quais a IBH IV detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus resultados. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se estabelece, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas não envolve o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus resultados. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se estabelece, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas não envolve o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus resultados. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se estabelece, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas não envolve o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus resultados.

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. **Continuidade das operações:** A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 207.925 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo de R\$ 124.121 em 31 de dezembro de 2023) e, conforme balance patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excede o total de ativo circulante em R\$ 140.914 no Consolidado (R\$ 416.303 na Controladora e R\$ 373.112 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023) decorrente do montante a pagar para Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda. conforme nota explicativa nº 11. A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, com início em janeiro de 2023. As controladas indiretas da Companhia possuem previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, algumas dessas controladas tiveram sua data de entrada em operação adiada para o segundo semestre de 2023 e outras foram adiadas para o primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, durante a execução da obra, foi identificada a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todas as controladas indiretas citadas no resumo abaixo estão em operação. Segue abaixo resumo de aerogeradores em operação em 31 de dezembro de 2024:



Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas																	
consistente em todos os períodos apresentados. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.2. Títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.3. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos. A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário. 3.4. Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos. 3.5. Ativo intangível: Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas. 3.6. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment") : A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos. 3.7. Investimento: Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. 3.8. Provisões para riscos: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.9. Provisões para desmobilização de ativos: As provisões para desmobilização de ativos são registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação da Companhia de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos. 3.10. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. 3.11. Arrendamentos: Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor. • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terras nos parques eólicos, no município de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro no Estado da Bahia. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 49 anos. As controladas indiretas não registraram estes contratos à luz do CPC06 (R2) visto que a base de remuneração é variável. 3.12. Impostos: Imposto de Renda e Contribuição Social correntes: Na Companhia e nas controladas Infraestrutura Brasil Holding V S.A. e Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. o método de apuração é o lucro real e o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro líquido para Contribuição Social. Nas controladas indiretas SPEs a tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. 3.13. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos das controladas indiretas, atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. 3.14. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: • Classificação do ativo financeiro: Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). • Custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Reconhecimento: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. • Mensuração: As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: ¼ Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. ¼ Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos derivativos – "Hedge": O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo. O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF ("Non-Deliverable Forward") cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto. Os derivativos contratados são classificados como "hedge" de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o "hedge accounting". As principais características das atividades de "hedge" das controladas indiretas são baseadas nas Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto. 3.15. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 3.16. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos. 4. Adoção de normas contábeis - novas e revisadas: Revisadas e vigentes:																	
Norma		Alteração		Vigência													
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis		Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante		01.01.2024													
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis		Passivo não circulante com Covenants		01.01.2024													
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixas		Acordos de Financiamentos de Fornecedores		01.01.2024													
CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil		Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"		01.01.2024													
A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Revisadas e não vigentes:																	
Norma		Alteração		Vigência													
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas		Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture		Não definida													
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto																	
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis		Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras		01.01.2027													
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis		Ausência de conversibilidade		01.01.2025													
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis		Novas categorias de apresentação na Demonstração do Resultado e informações sobre medidas de desempenho detalhadas		01.01.2027													
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações		Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.		01.01.2027													
A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. 5. Caixa e equivalentes de caixa:																	
8. Investimentos: a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:																	
		Participação no capital	Total de ativos		Total de passivos		Patrimônio líquido		Resultado do exercício								
Controladas diretas			2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023							
Infraestrutura Brasil Holding V S.A.		100%	568.148	605.011	8	38.009	568.140	567.002	(62.103)	4.666							
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A.		100%	636.991	624.895	5	5.045	636.986	619.850	(33.809)	1.864							
Controladas indiretas																	
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")		100%	319	688	–	6	319	682	(364)	(743)							
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")		100%	191.353	184.142	119.061	108.983	72.292	75.159	(11.991)	192							
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02")		100%	167.257	166.198	94.457	91.686	72.800	74.512	(5.345)	1.383							
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")		100%	176.153	149.314	100.531	78.383	75.622	70.931	(7.611)	1.559							
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04")		100%	163.306	161.355	86.243	87.407	77.063	73.948	(4.286)	1.001							
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05")		100%	164.550	161.612	80.950	85.037	83.600	76.575	(2.612)	(1.333)							
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06")		100%	166.144	163.277	82.002	92.042	84.142	71.235	(2.589)	(1.819)							
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")		100%	242.257	223.809	148.977	121.096	93.280	102.713	(11.479)	3.285							
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08")		100%	168.396	158.295	85.595	82.425	82.801	75.870	(7.138)	2.009							
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09")		100%	164.691	151.225	83.993	79.378	80.698	71.847	(3.485)	(1.649)							
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10")		100%	223.625	220.790	121.356	113.698	102.269	107.092	(7.315)	2.489							
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")		100%	174.925	143.920	102.107	74.398	72.818	69.522	(3.347)	(1.907)							
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")		100%	174.434	175.827	110.516	101.841	63.918	73.986	(10.064)	1.723							
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")		100%	172.235	169.291	109.127	96.407	63.108	72.884	(9.768)	757							
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")		100%	217.510	207.399	137.036	120.190	80.474	87.209	(6.728)	397							
b) Movimentação do investimento:																	
		Valor do investimento	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 31/12/24											
Controladas		em 31/12/23	em 31/12/23	em 31/12/23	em 31/12/23	em 31/12/24	em 31/12/23	em 31/12/23	em 31/12/23	em 31/12/23							
IBH V		567.005	63.131	(62.103)	107	568.140	–	–	–	–							
IBH SV		619.849	50.905	(33.809)	40	636.985	–	–	–	–							
Total		1.186.854	114.036	(95.912)	147	1.205.125	–	–	–	–							
		Valor do investimento	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 31/12/23											
Controladas		em 31/12/22	em 31/12/22	em 31/12/22	em 31/12/22	em 31/12/23	em 31/12/22	em 31/12/22	em 31/12/22	em 31/12/22							
IBH V		449.111	113.753	4.666	(526)	567.004	–	–	–	–							
IBH SV		612.893	5.222	1.864	(131)	619.849	–	–	–	–							
Total		1.062.004	118.975	6.530	(657)	1.186.854	–	–	–	–							
9. Imobilizado: a) Composição do imobilizado:																	
		Taxa anual média de depreciação	Controladora		Consolidado												
Imobilizado administrativo em serviço		%	Saldo líquido em 2024	Saldo líquido em 2023	Saldo líquido em 2024	Saldo líquido em 2023	em 2024	em 2023	em 2024	em 2023							
Terrenos		–	–	–	32	32	–	–	–	–							
Máquinas e equipamentos		20%	62	95	62	95	–	–	–	–							
Edificações e benfeitorias		20%	32	37	33	47	–	–	–	–							
Móveis e utensílios		10%	31	34	30	34	–	–	–	–							
			125	166	157	208	–	–	–	–							
Imobilizado operacional em serviço																	
Máquinas e equipamentos		4%	–	–	2.388.386	–	–	–	–	–							
Edificações e benfeitorias		3%	–	–	5.021	–	–	–	–	–							
Móveis e utensílios		6%	–	–	335	–	–	–	–	–							
Planta Eólica (i)		3%	–	–	–	331.716	–	–	–	–							
Provisão para desmobilização de ativos (iii)		3%	–	–	14.922	–	–	–	–	–							
Imobilizado operacional em curso			–	–	2.408.664	331.716	–	–	–	–							
Imobilizado operacional em construção (ii)			–	–	1.884.565	–	–	–	–	–							
Sobressalentes			–	–	4.889	–	–	–	–	–							
			125	166	2.413.710	2.216.489	–	–	–	–							
(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as plantas eólicas das controladas indiretas entraram 100% em operação e o saldo incorrido relativo à construção da planta foi reclassificado para suas respectivas contas, máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias e móveis e utensílios. O processo de utilização foi realizado bem como o cálculo estimado da depreciação considerando o prazo de outorga de 35 anos para os meses aplicáveis. (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o imobilizado operacional em construção foi 100% transferido para as contas de imobilizado operacional em serviço com a entrada em operação das SPEs e contabilização da utilização. (iii) As provisões para desmobilização de ativos são registradas quando há a obrigação de devolução do terreno nas mesmas condições de recebimento. Vide nota explicativa nº 3.9. b) Movimentação do imobilizado:																	
		Valor líquido em 2023	Adições	Depreciação	Reclassificações	Valor líquido em 2024											
Imobilizado administrativo em serviço		em 2023	em 2023	em 2023	em 2023	em 2024	em 2023	em 2023	em 2023	em 2023							
Imobilizado administrativo em serviço		95	–	(21)	(12)	62	–	–	–	–							
Máquinas e equipamentos		37	–	(4)	–	33	–	–	–	–							
Edificações e benfeitorias		34	–	(3)	(1)	30	–	–	–	–							
Total		166	–	(28)	(13)	125	–	–	–	–							

continuação

Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Concentração da receita de venda de energia: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada, em sua grande maioria, em um cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6, nº 9 e nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ágio decorrente da aquisição do Parque Eólico de São Vitor pelas controladas diretas Infraestrutura Brasil Holding V ("IBH V") e Infraestrutura Brasil Holding SV ("IBH SV"). As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esses ativos são referentes aos parques eólicos adquiridos em março de 2020. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) teste e desafio das premissas de negócio relevantes utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iii) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (iv) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiência de controles internos relacionadas à falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável desses ativos, que nos

Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e Controladas

levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria, modificando a natureza e ampliando a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a apuração e os critérios para mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, sua contabilização e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.

CNPJ nº 44.493.509/0001-99

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. ("Companhia" ou "IBH XVI") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **A Companhia:** A IBH XVI é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., Essentia PCH S.A. e suas controladas (em conjunto, as "PCHs"). As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW. **Governança corporativa:** A Companhia

vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH XVI vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVI, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas

autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024.

A Administração

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
Controladora				Consolidado				Controladora			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
Ativo	Nota							Ativo	Nota		
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	8	787	4.278	91.860	87.087	Fornecedores	19	86	6	10.938	16.360
Depósitos vinculados a debêntures	9	–	–	22.435	25.572	Debêntures	20	–	418.219	393.531	535.143
Contas a receber	10	–	–	29.515	35.606	Partes relacionadas	22	–	–	37.448	20.909
Estoque	11	–	–	2.767	637	Tributos e obrigações trabalhistas	21	25	2	6.811	8.811
Tributos a recuperar	12	486	342	5.279	5.913	Provisão garantia física e penalidade lastro energia	23	–	–	43.643	38.635
Despesas antecipadas	13	–	–	3.561	3.591	Arrendamento	–	–	–	–	300
Partes relacionadas	22	176	–	334	–	Outras contas a pagar	–	–	–	969	–
Outras contas a receber	14	–	85	2.821	2.206						
Total do ativo circulante		1.449	4.705	158.572	160.612	Total do passivo circulante	111	418.227	493.340	620.158	
Não circulante											
Realizável a longo prazo						Debêntures	20	–	–	469.471	912.844
Tributos a recuperar	12	–	–	1.191	1.166	Provisão para riscos	24	–	–	10.328	9.595
Depósitos judiciais		–	–	–	249	Outras contas a pagar	–	–	–	316	946
Despesas antecipadas	13	–	–	1.741	2.018	Total do passivo não circulante	–	–	–	480.115	923.385
Ativos financeiros	15	–	–	20.735	20.044	Patrimônio líquido					
Outras contas a receber	14	–	–	10.328	9.983	Capital social subscrito	25	887.123	1.059.990	887.123	1.059.990
				33.995	33.460	Capital social a integralizar		(543.696)	(1.040.553)	(543.696)	(1.040.553)
Investimentos	16	214.388	276.339	–	–	Prejuízos acumulados		(127.701)	(156.620)	(127.701)	(156.620)
Ativo de direito de uso		–	–	–	237	Total atribuído aos acionistas da controladora		215.726	(137.183)	215.726	(137.183)
Imobilizado	17	–	–	639.043	658.956	Participação de não controladores		–	–	92.660	68.754
Intangível	18	–	–	450.232	621.849	Total do patrimônio líquido	215.726	(137.183)	308.386	(68.429)	
Total do ativo não circulante		214.388	276.339	1.123.270	1.314.502	Total do passivo e do patrimônio líquido	215.837	281.044	1.281.842	1.475.114	
Total do ativo		215.837	281.044	1.281.842	1.475.114						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO											
Controladora				Consolidado				Controladora			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
Receita líquida de vendas	26	–	–	332.275	326.479						
Custo de venda de energia elétrica	27	–	–	(117.485)	(110.182)						
Lucro bruto		–	–	214.790	216.297						
Despesas gerais e administrativas	28	(374)	(188)	(37.601)	(65.639)						
Resultado com participações societárias	16	45.634	(49.939)	55.922	–						
Lucro (prejuízo) operacional		45.260	(50.127)	233.111	150.658						
Receitas financeiras	29	461	1.195	13.412	15.699						
Despesas financeiras	29	(16.802)	(61.741)	(148.870)	(230.736)						
Resultado financeiro		(16.341)	(60.542)	(135.458)	(215.037)						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.919	(110.669)	97.653	(64.379)						
Imposto de renda e contribuição social	30	–	–	(13.241)	(13.105)						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		28.919	(110.669)	84.412	(77.484)						
Lucro (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$											
Lucro (prejuízo) atribuível a:											
Proprietários da companhia				28.919	(110.669)						
Participação de não controladores				55.493	33.185						
				84.412	(77.484)						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE											
Controladora				Consolidado				Controladora			
31/12/24				31/12/24				31/12/24			
31/12/24				31/12/24				31/12/24			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		28.919	(110.669)	84.412	(77.484)						
Outros componentes do resultado abrangente		–	–	–	–						
Total do resultado abrangente		28.919	(110.669)	84.412	(77.484)						
Proprietários da companhia				28.919	(110.669)						
Participação de não controladores				55.493	33.185						
				84.412	(77.484)						

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA											
Controladora				Consolidado				Controladora			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
31/12/24				31/12/23				31/12/24			
Fluxos de caixa das atividades operacionais											
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		28.919	(110.669)	97.653	(64.379)						
Ajustes de receitas e despesas:											
Depreciação e amortização	17 e 18	–	–	62.541	89.876						
Baixa de ativo imobilizado		–	–	1.045	–						
Resultado com participações societárias	16	(45.634)	49.939	(55.922)	–						
Amortização de ativo de direito de uso		–	–	216	357						
Atualização ativo financeiro		–	–	(969)	(897)						
Provisão para riscos		–	–	(613)	22						
Juros, variações monetárias – debêntures	20	15.257	61.147	136.076	230.873						
Provisão de juros – passivo de arrendamento		–	–	4	26						
Provisão e atualização financeira liminar gsf e penalidade de lastro de energia		–	–	5.008	(3.255)						
(Aumento) redução nos ativos											
Contas a receber	10	–	–	6.091	(3.065)						
Estoque		–	–	(100)	–						
Tributos a recuperar		(144)	(227)	609	2.524						
Partes relacionadas	22	(176)	32	24.140	8.059						
Outras contas a receber		85	111	(960)	(741)						
Despesas antecipadas	13	–	–	307	(2.867)						
Depósitos judiciais		–	–	249	(76)						
Ativo financeiro		–	–	278	–						
Aumento (redução) nos passivos											
Fornecedores	19	80	(30)	(5.420)	4.678						
Outras contas a pagar		–	–	381	184						
Provisão para riscos		–	–	1.346	934						
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	23	(4)	833	(144)	–						
Caixa gerado (aplicado nas) provenientes das operações		(1.590)	299	272.792	262.109						
Juros pagos de debêntures	20	(44.916)	(17.170)	(173.283)	(188.234)						
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(16.074)	(10.028)						
Caixa líquido gerado proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(46.507)	(16.871)	83.435	63.847						

Fluxos de caixa das atividades de investimento											
Investimentos em controladas	16	–	(53.169)	–	–						
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	17 e 18	–	–	(4.611)	(8.508)						
Cisão parcial	1.1	–	–	(24.472)	(15.259)						
Ajuste preço de aquisição	16	–	–	–	(4.163)						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		–	(53.169)	(29.083)	(27.930)						
Fluxo de caixa das atividades de financiamento											
Captação de debêntures	20	107.523	472.700	210.801	569.000						
Custo de captação de debêntures	20	1.493	(3.785)	7.670	(3.785)						
Pagamento de debêntures	20	(390.000)	(416.133)	(555.340)	(567.366)						
Depósitos vinculados a debêntures		–	–	3.137	(15.582)						
Partes relacionadas – pagamento de dividendos	22	–	–	(39.522)	(15.418)						
Integralização de capital	25	324.000	18.947	324.000	18.947						
Pagamento de arrendamento mercantil		–	–	(325)	(752)						
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		43.016	71.729	(49.580)	(14.956)						
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(3.491)	1.689	4.773	20.961						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.278	10.279	87.087	94.816						
Efeito da cisão parcial sobre caixa	1.1	–	(7.690)	–	(28.690)						
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		787	4.278	91.860	87.087						

mentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: **Controlada direta** **Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.** : A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., com sede e foro na cidade e estado de São Paulo foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. Possui 51% de participação na empresa Essentia PCHs S.A. (68% em 31 de dezembro de 2023). **Controladas indiretas** **Essentia PCHs S.A.** : A Essentia PCHs S.A. com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital social integralizado	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.060.000	(1.059.500)	(45.951)	(45.451)	47.508	2.057
Lucro (prejuízo do exercício)	-	-	(110.669)	(110.669)	33.185	(77.484)
Cisão parcial	(10)	-	-	(10)	-	(10)
Integralização de capital	-	18.947	-	18.947	-	18.947
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(11.939)	(11.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.059.990	(1.040.553)	(156.620)	(137.183)	68.754	(68.429)
Lucro do exercício	-	-	28.919	28.919	55.494	84.413
Redução de capital	(172.857)	172.857	-	-	-	-
Cisão parcial	(10)	-	-	(10)	-	(10)
Integralização de capital	-	324.000	-	324.000	-	324.000
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(31.588)	(31.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	887.123	(543.696)	(127.701)	215.726	92.660	308.386

Atestação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025



continuação ➡

IBH Renováveis I S.A. e Controladas													
CNPJ nº 44.749.645/0001-05													
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO													
Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBH Renováveis") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia: A IBH Renováveis é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Ventos de São Vitor, e a sociedade Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. e suas controladas. O parque eólico iniciou a operação comercial em sua totalidade em agosto de 2024. O empreendimento está localizado em Xique Xique e em Itaguaçu da Bahia, ambas no estado da Bahia, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 465 MW, distribuída em 75 aerogeradores. Governança corporativa: A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Responsabilidade ambiental e social: A IBH Renováveis vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais. Recursos humanos: O capital humano é extremamente relevante para a IBH Renováveis, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. Agradecimentos: A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024. A Administração quando indicado de outra forma)													
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)													
BALANÇOS PATRIMONIAIS													
ControladoraConsolidado													
Ativo	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	Passivo	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23		
Circulante						Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.244	662	64.331	222.497	Fornecedores	11	12	8	167.388	92.539		
Títulos e valores mobiliários	6	–	–	–	5.122	Empréstimos e financiamentos	13	–	–	48.652	264.866		
Contas a receber	7	–	–	20.040	9.757	Debêntures	14	–	–	–	257.628		
Impostos a recuperar	–	992	101	7.441	5.329	Tributos e obrigações trabalhistas	15	821	68	8.912	4.341		
Despesas antecipadas	–	–	–	6.107	4.871	Partes relacionadas	12	–	–	1.493	1.442		
Partes relacionadas	12	–	–	–	25	Encargos com energia elétrica	–	–	–	2.721	2.656		
Outras contas a receber	–	–	3	2.712	3.743	Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	268		
Total do ativo circulante		13.236	766	100.656	251.319	Total do passivo circulante		833	76	229.166	623.740		
Não circulante						Não circulante							
Títulos e valores mobiliários	6	–	–	76.570	20.125	Empréstimos e financiamentos	13	–	–	1.730.350	1.397.020		
Investimentos	8	706.193	569.061	–	–	Provisão para desmobilização de ativos	16	–	–	14.922	–		
Imobilizado	9	–	–	2.413.710	2.216.489	Total do passivo não circulante		–	–	1.745.272	1.397.020		
Intangível	10	–	–	102.098	102.578	Patrimônio líquido	17	–	–	–	–		
Total do ativo não circulante		706.193	569.061	2.592.378	2.339.192	Capital social		1.648.904	1.587.953	1.648.904	1.587.953		
						Capital social a integralizar		(320.000)	(614.049)	(320.000)	(614.049)		
						Transação com acionistas		(273.671)	(273.671)	(273.671)	(273.671)		
						Prejuízos acumulados		(366.183)	(159.880)	(366.183)	(159.880)		
						Outros resultados abrangentes		29.546	29.398	29.546	29.398		
						Total do patrimônio líquido		718.596	569.751	718.596	569.751		
Total do ativo		719.429	569.827	2.693.034	2.590.511	Total do passivo e patrimônio líquido		719.429	569.827	2.693.034	2.590.511		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Transação com acionistas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido						
Saldo em 01 de janeiro de 2023		1.587.953	(949.049)	(273.671)	30.056	(35.988)	359.301						
Integralização de capital em 26/05/2023		–	–	–	–	–	105.000						
Integralização de capital em 22/06/2023		–	–	–	–	–	185.000						
Integralização de capital em 27/06/2023		–	–	–	–	–	45.000						
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(123.892)	(123.892)						
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	(658)						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	1.587.953	(614.049)	(273.671)	29.398	(159.880)	569.751						
Integralização de capital em 09 de maio de 2024		–	–	–	–	–	35.000						
Integralização de capital em 15 de julho de 2024		–	–	–	–	–	85.000						
Integralização de capital em 18 de agosto de 2024		–	–	–	–	–	30.000						
Integralização de capital em 27 de setembro de 2024		–	–	–	–	–	171.000						
Aumento de capital age de 03 de outubro de 2024		60.951	(60.951)	–	–	–	–						
Integralização de capital em 14 de outubro de 2024		–	–	–	–	–	34.000						
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(206.303)	(206.303)						
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	148	148						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1.648.904	(320.000)	(273.671)	29.546	(366.183)	718.596						
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024													
1. Contexto operacional: A IBH Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBR I"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de janeiro de 2022, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98 - 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 19 de setembro de 2022 a Companhia passou a ser a controladora da empresa Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV"), através de aumento de capital realizado pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP IV) de 100% das ações da empresa. A IBH IV, constituída em 25 de setembro de 2019 tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Xique Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia eólica. O Parque Eólico de São Vitor possui capacidade instalada de cerca de 465 MW. Em 31 de dezembro de 2024, todas as SPEs estão 100% operacionais. As SPEs possuem outorga de 35 anos a contar das datas de publicação das Resoluções Autorizativas abaixo.													
Nº de Aerogeradores													
Em OperaçãoEm Operação													
Comercial 2024Comercial 2023													
SPE	Total												
São Vitor 06	5				5		2						
São Vitor 07	7				7		3						
São Vitor 08	5				5		–						
São Vitor 09	5				5		–						
São Vitor 10	7				7		–						
São Vitor 11	5				5		–						
São Vitor 12	5				5		4						
São Vitor 13	5				5		5						
São Vitor 14	6				6		5						
Total	75				75		27						
A Administração realiza o monitoramento do seu caixa e das necessidades de investimento, que considera: o suporte financeiro do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos um ano e um dia após a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto são suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), por meio de linha de crédito de R\$565.000; e Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), por meio de linha de crédito de R\$548.073. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações. 2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de março de 2025. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, provisão para desmobilização de ativos e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. e) Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBR I e suas controladas, nas quais a IBR I detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas se apresentam da seguinte forma:													
Participação no capital													
Controladas diretas													
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.													
Controladas indiretas													
Infraestrutura Brasil Holding V S.A.													
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A.													
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")													
Participação no capital													
São Vitor 01	5				5		100%						
São Vitor 02	5				5		100%						
São Vitor 03	5				5		100%						
São Vitor 04	5				5		100%						
São Vitor 05	5				5		100%						

qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024. **A Administração** quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
ControladoraConsolidado					
	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receita líquida	18	–	–	202.577	155.598
Custos operacionais	19	–	–	(206.452)	(154.617)
Resultado bruto		–	–	(3.875)	981
Despesas gerais e administrativas	20	(76)	(52)	(26.170)	(25.676)
Resultado com participações societárias	8	(207.925)	(124.121)	–	–
Despesas operacionais	(208.001)	(124.173)	(26.170)	(25.676)	
Resultado antes do resultado financeira	(208.001)	(124.173)	(30.045)	(24.695)	
Receitas financeiras	21	2.511	348	22.382	32.101
Despesas financeiras	21	–	(1)	(186.328)	(121.895)
Resultado financeiro		2.511	347	(163.946)	(89.794)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(205.490)	(123.826)	(193.991)	(114.489)	
Imposto de renda e contribuição social	22	(813)	(66)	(12.312)	(9.403)
Prejuízo do exercício		(206.303)	(123.892)	(206.303)	(123.892)
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações RS	17	(0,1273)	(0,0780)	(0,1273)	(0,0780)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
ControladoraConsolidado					
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
Prejuízo do exercício	(206.303)	(123.892)	(206.303)	(123.892)	
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	–	–	148	(658)	
Resultado abrangente total do exercício	(206.303)	(123.892)	(206.155)	(124.550)	

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Prejuízo do exercício	(206.303)	(123.892)	(206.303)	(123.892)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	-	148	(658)
Resultado abrangente total do exercício	(206.303)	(123.892)	(206.155)	(124.550)

<

16. Provisão para desmobilização de ativos: A Companhia reconhece provisões para desmobilização devido à obrigação, prevista em contrato de arrendamento, de devolver o terreno nas condições originais ao término do contrato. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos, exceto obras aterradas, como fundações e redes subterrâneas. A provisão assegura o adequado registro e mensuração dos custos de restauração ao longo da vida útil dos parques eólicos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.922. 17. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é, respectivamente, R\$ 1.648.904 e R\$ 1.587.953, representado por 1.648.904.198 de ações em 2024 e 1.587.953.400 de ações em 2023. Em 03 de outubro de 2024 por meio da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 60.951, subscrito e não integralizado. Valores integralizados durante o exercício de 2024 estão detalhados no quadro da Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. A composição do capital social por acionista é como se segue:

2024 e 2023

31/12/24

31/12/23

Prejuízo do exercício

(206.303)

(123.892)

Média ponderada de ações ordinárias

1.602.774.769

1.587.953.400

Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)

(0,1287)

(0,0780)

18. Receita operacional:

31/12/24

31/12/23

Consolidado

Geração de energia – contratada

204.164

160.609

Geração de energia – CCEE

7.736

1.035

211.900

161.644

PIS

(1.522)

(1.077)

COFINS

(7.023)

(4.969)

TFSEE

(778)

-

(9.323)

(6.046)

202.577

155.598

19. Custos operacionais:

31/12/24

31/12/23

Consolidado

Compra de energia (i)

(67.123)

(114.719)

Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (ii)

(32.932)

(31.916)

Custos com energia elétrica

(100.055)

(146.635)

Pessoal e encargos

(2.010)

(2.171)

Materiais

(329)

(220)

Serviços de terceiros

(6.041)

(3.030)

Seguros

(8.201)

-

Impostos e taxas

(124)

9

Arrendamentos e aluguéis

(2.487)

(293)

Depreciação e amortização

(86.229)

(1.621)

Outros

(976)

(656)

(106.397)

(7.982)

(206.452)

(154.617)

(i) Compra de energia para suprimento do contrato de venda de energia incentivada com a Cemig que teve início em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. (ii) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL. 20. Despesas gerais e administrativas:

31/12/24

31/12/23

Controladora

Pessoal e encargos

-

(16.485)

Materiais

-

(67)

Serviços de terceiros

(71)

(52)

Seguros

-

(570)

Depreciação e amortização

-

(2.334)

Provisões

-

(123)

Arrendamento e aluguéis

-

(191)

Licença e suporte de software

-

(2.363)

Outros

(5)

(796)

(76)

(52)

(26.170)

(25.676)

21. Resultado financeiro:

31/12/24

31/12/23

Controladora

Rendimentos das aplicações financeiras

2.630

365

Tributos sobre receitas financeiras

(122)

(17)

Outras receitas financeiras

3

-

Total – Receitas financeiras

2.511

348

Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)

-

(159.170)

Comissões, garantias e fianças (ii)

-

(18.455)

IOF

-

(1.562)

Outras despesas financeiras

-

(1)

Total – Despesas financeiras

-

(1)

2.511

347

(163.946)

(89.794)

(i) O montante de juros sobre empréstimos é apresentado líquido dos valores capitalizados no ativo imobilizado do consolidado que totalizam R\$ 46.843 (R\$92.233 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Os valores de comissões reconhecidas no resultado financeiro referem-se à amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos captados e fees relativos a novas captações ou rolagem de dívidas. 22. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social:

31/12/24

31/12/23

Controladora

Resultado antes do IRPJ e CSLL

(205.490)

(123.826)

Alíquotas nominais vigentes

34%

34%

Expectativa de IRPJ e CSLL

(69.867)

(42.100)

Compensação de prejuízos

-

-

(275.357)

(167.926)

Equivalência patrimonial

70.695

42.201

Demais adições e exclusões líquidas

-

(35)

Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído

(15)

-

Tributação pelo regime de lucro presumido

-

-

Despesas de IRPJ e CSLL

(813)

(66)

Alíquota efetiva

-

6%

23. Instrumentos financeiros: A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48: a) Gestão de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são: (i) Risco de liquidez: A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 a 24 meses de projeção a partir da data de referência. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo. (ii) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado. (iii) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessário contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa. (iv) Riscos de crédito: Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia a incorrer em perdas financeira devido a concessão de sua receita de venda de energia em um único cliente. A Companhia tem a possibilidade de venda no mercado de curto prazo o que mitiga parte do risco de crédito e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. b) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil:

31/12/24

31/12/23

Controladora

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado:

Caixa e equivalentes de caixa

12.244

662

Passivos financeiros

Custos amortizado:

Fornecedores

12

8

31/12/24

31/12/23

Consolidado

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado:

Caixa e equivalentes de caixa

64.331

222.497

Títulos e valores mobiliários – curto prazo

-

5.122

Títulos e valores mobiliários – longo prazo

76.570

20.125

Custos amortizado:

Contas a receber

20.040

9.757

Partes relacionadas

25

-

Passivos financeiros

Custos amortizado:

Fornecedores

167.388

92.539

Empréstimos e financiamentos

1.778.461

1.661.886

Debêntures

-

275.628

Partes relacionadas

1.493

1.442

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Instrumentos financeiros derivativos

-

268

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento. c) Instrumentos financeiros derivativos: Em 23 de dezembro de 2020 as controladas indiretas da Companhia contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a possíveis variações da taxa de câmbio, referente principalmente à aquisição de aerogeradores para compor componentes das usinas eólicas de Ventos de São Vitor. As NDFs contratadas foram equivalentes com o prazo e volume semelhante ao ativo coberto, sendo que grande parte foi liquidada durante 2022, e uma pequena parcela foi rolada para os anos de 2023 e 2024. Estes itens foram previstos em contratos já firmados com o fornecedor e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens. A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, serão contabilizadas no ativo imobilizado, quando comprovada a efetividade do "hedge". A Companhia registrou todos os contratos como

31/12/24

31/12/23

Controladora

Mensuração a

valor justo

Ativos financeiros

Valor justo por meio do resultado:

Caixa e equivalentes de caixa

64.331

222.497

Títulos e valores mobiliários – curto prazo

-

5.122

Títulos e valores mobiliários – longo prazo

76.570

20.125

Custos amortizado:

Contas a receber

20.040

9.757

Partes relacionadas

25

-

Passivos financeiros

Custos amortizado:

Fornecedores

167.388

92.539

Empréstimos e financiamentos

1.778.461

1.661.886

Debêntures

-

275.628

Partes relacionadas

1.493

1.442

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Instrumentos financeiros derivativos

-

268

Nível 2

ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2023

Posição passiva

Posição ativa

Valor Justo

Agente financeiro

Vencimento

Moeda

"Notional"

BRL

BRL

BRL

Itaú Unibanco S.A.

2023

CNH

9.407

7.108

6.347

Itaú Unibanco S.A.

2023

EUR

1.292

6.882

6.854

Itaú Unibanco S.A.

2023

USD

3.410

15.794

16.316

14.109

29.784

29.517

Todos os contratos apresentados no quadro acima foram liquidados em 2024. d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos

31/12/24

Cenário I

Cenário II

Cenário III

Instru-mento

Inde-xador

Saldo em exposição

Impacto no resul-tado

Redução de índice em 25%

Elevação de índice em 25%

Redução de índice em 50%

Elevação de índice em 50%

CDI

10,88%

8,16%

13,60%

5,44%

16,32%

IPCA

4,83%

3,62%

6,04%

2,42%

7,25%

31/12/24

Cenário I

Cenário II

Cenário III

Instru-mento

Inde-xador

Saldo em exposição

Impacto no resul-tado

Redução de índice em 25%

Elevação de índice em 25%

Redução de índice em 50%

Elevação de índice em 50%

CDI

10,88%

8,16%

13,60%

5,44%

16,32%

IPCA

4,83%

3,62%

6,04%

2,42%

7,25%

Caixa e equivalentes de caixa

CDI

12.244

1.332

999

1.665

666

1.998

31/12/24

Cenário I

Cenário II

Cenário III

Instru-mento

Inde-xador

Saldo em exposição

Impacto no resul-tado

Redução de índice em 25%

Elevação de índice em 25%

Redução de índice em 50%

Elevação de índice em 50%

CDI

10,88%

8,16%

13,60%

5,44%

16,32%

IPCA

4,83%

3,62%

6,04%

2,42%

7,25%

Caixa e equivalentes de caixa

CDI

64.255

6.991

5.243

8.739

3.495

10.486

Títulos e valores mobiliários

CDI

76.570

8.331

6.248

10.414

4.165

12.496

Empréstimos e Financiamentos

IPCA

(1.778.461)

(85.900)

(64.425)

(107.375)

(42.950)

(128.849)

24. Gestão do capital: A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. 25. Transações que não afetam caixa: As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

31/12/24

31/12/23

Controladora

Provisões fornecedores

12

-

Juros capitalizados relativos a empréstimos

-

46.843

Provisão para desmobilização de ativos

-

14.922

12

-

214.802

92.233

26. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo apresentado pela Companhia e suas controladas na rubrica de seguros refere-se substancialmente a seguro garantia para o contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos. 27. Compromissos contratuais: As controladas indiretas da Companhia que possuem compromissos assumidos através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a CEMIG Geração e Transmissão S.A. em contratos de venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. 28. Eventos subsequentes: Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requerem divulgação.

31 de dezembro de 2023

Posição passiva

Posição ativa

Valor Justo

Agente financeiro

Vencimento

Moeda

"Notional"

BRL

BRL

BRL

Itaú Unibanco S.A.

2023

CNH

9.407

7.108

6.347

Itaú Unibanco S.A.

2023

EUR

1.292

6.882

6.854

Itaú Unibanco S.A.

2023

USD

3.410

15.794

16.316

14.109

29.784

29.517

Diretor: Gabriel Marinho de Farias

Contador: Fabio Henrique Silva Marques - CRC SP-315705/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Administração e aos Acionistas da IBH Renováveis I S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBH Renováveis I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IBH Renováveis I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Concentração da receita de venda de energia: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em um único cliente. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 3 de março de 2025.

Deloitte Touche Tohmatsu

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari

Contadora

CRC nº 1 SP 264857/O-6

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ nº 51.136.974/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

São Paulo (SP), 31/03/2025 – A EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra PR”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **EPR Infraestrutura PR S.A.:** A EPR Infraestrutura PR S.A. é uma sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob categoria “B”, constituída em 01/06/2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP. A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. **EPR Litoral Pioneiro S.A.:** A EPR Litoral Pioneiro S.A. foi constituída em 01/06/2023, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo Contrato de Concessão. O “Contrato n.º 002/2023” foi celebrado em 30/01/2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). O prazo de concessão é de 30 anos. A Concessionária opera 05 praças de pedágio e 12 Postos de Atendimento ao longo dos 605 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 27 municípios, todos no estado do Paraná. **Grupo EPR:** A EPR Participações S.A. (“EPR”), acionista controladora direta da EPR Infra PR, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia federal no Estado do Paraná. Em 19/12/2024, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 6 do estado do Paraná. **Mensagem do Diretor Presidente:** A EPR Infraestrutura PR é a controladora da concessionária EPR Litoral Pioneiro. O início da concessão da EPR Litoral Pioneiro ocorreu no final de fevereiro de 2024 e um dos grandes destaques foi a capacidade de comunicação com a sociedade (comunidades, municípios, fornecedores, associações etc.) desde o começo da operação. A licença social é um vetor importante da concessionária que busca ter a abertura de diálogo com públicos diversos buscando receber informações e opiniões para melhoria contínua da prestação de serviços. As rodovias que ligam Curitiba ao Litoral e os Campos Gerais ao Norte Pioneiro ficaram mais de dois anos sem investimentos relevantes. Outro destaque importante em 2024, foi a realização de obras, melhorias e manutenção buscando dar conforto e segurança aos usuários. Os investimentos realizados promoveram a trafegabilidade nas vias e a prestação de serviços aos usuários. Em novembro de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a “Operação Verão – Partiu férias pia” com o intuito de melhorar a fluidez, segurança, atendimento agil nas rodovias que levam ao litoral. A primeira fase da operação especial de fim de ano registrou um movimento extraordinário de veículos entre o Natal e o Ano Novo. A concessionária não registrou acidentes com óbitos no trecho mais procurado pelos motoristas: a BR-277, que liga Curitiba ao Litoral, durante as festas de final de ano. Entre os dias de 20/12/2024 e 05/01/2025, passaram pelas rodovias 1,3 milhões de veículos. A BR-277 foi a mais movimentada. A praça de pedágio de São José dos Pinhais registrou mais de 600 mil veículos. A estrutura operou com capacidade máxima no período, com 13 cabines que podem ser alternadas conforme o sentido da rodovia com maior movimento, além de 4 pistas exclusivas para pagamento com TAG e arrecadações extras. Isto garantiu que não se formassem filas e nem demora aos motoristas. O atendimento operacional também foi reforçado, com ampliação da frota de ambulâncias, guinchos, caminhões-pipa, veículos de inspeção e de apoio. Foram realizados 3095 atendimentos às principais ocorrências de socorro mecânico, remoção de veículos e atendimento pré-hospitalar. A equipe de atendimento ao usuário realizou 2 (dois) partos em 2024: um parto foi realizado dentro da ambulância da concessionária na rodovia estadual PR-151, entre Carambei e Ponta Grossa, a caminho do hospital e o outro parto ocorreu na ambulância e o trabalho de parto iniciou na base do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) de Paranaguá, na BR-277. Essas ocorrências mostram que a EPR Litoral Pioneiro está atendendo a população da região com agilidade e segurança. Para 2025, a concessionária continuará a realizar os investimentos previstos no contrato de concessão com a contínua proposição de diálogo com a sociedade, buscando a segurança dos usuários e a trafegabilidade das rodovias. **José Carlos Casaniga. Destaques de 2024: Operacional e Regulatório:** O Contrato de concessão da EPR Litoral Pioneiro foi celebrado em 30/01/2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a data de assunção do sistema rodoviário foi em 28/02/2024. Em 23/03/2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a cobrança de pedágio em 5 (cinco) praças, antecipando em 3 meses o início da arrecadação em relação ao prazo regulatório e a prestação de serviços operacionais aos usuários. O atendimento operacional oferece informações sobre as estradas, como eventuais bloqueios, trechos em obras, novas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), o acionamento para eventuais emergências (socorros mecânicos e médicos) e viaturas de inspeção de tráfego. A EPR Litoral Pioneiro buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos no ano de 2024:

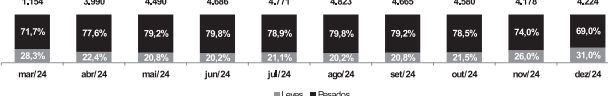
Atendimentos	Quantidade
Socorro Médico	5.670
Socorro Mecânico	26.401
Atendimento (Caminhão Pipa)	1.801
Atendimento (Caminhão Boiadeiro)	2.077
Inspecções	45.270
TOTAL	81.219

A concessionária reativou a área de escape na altura do km 37 da BR-277 sentido litoral. Em 2024, a área de escape teve 17 entradas, sendo de 8 caminhões, 1 ô nibus e 8 automóveis. Esse dispositivo reforça a segurança no trecho, salvando vidas. **Investimentos:** Ao longo do primeiro ano de concessão foram realizados serviços de revitalização de infraestrutura existente, tais como: revitalização das pistas com trabalhos de pavimentação e operações de remendos emergenciais, sinalização das rodovias através da pintura de faixas, implantação de tachas refletivas, troca e implantação de placas de sinalização, implantação de defensas metálicas e trocas de defensas avariadas, implantação de cercas para delimitação da faixa de domínio das rodovias, assim como, a roçada da vegetação ao longo de todo o trecho concedido. Quantitativos dos investimentos realizados: Pistas revitalizadas (km): 605; Sinalização vertical (und): 18.700; Sinalização Horizontal (m²): 830.000; Tachas refletivas implantadas (und): 300.000; Defensas metálicas implantadas ou repostas (lm): 39.500; Área de roçada (ha): 4.280; e Cercas implantadas ou trocadas (m): 300.000. **Financeiro: EPR Litoral Pioneiro:** Em 15/12/2024, a EPR Litoral Pioneiro realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 6 (seis) séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, com vencimento final em 15/03/2049. O montante total da emissão foi de R\$ 5.550.900 mil. As debêntures foram integralmente subscritas, mas não integralizadas. As debêntures serão integralizadas mediante o atendimento das respectivas condições precedentes da Escritura. Em 20/12/2024, a EPR Litoral Pioneiro assinou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 829.580.000 mil, com vencimento final em 15/03/2049. O financiamento será liberado em subcréditos para a concessionária. A emissão de debêntures e o contrato de financiamento tem o objetivo de financiar os investimentos previstos no contrato de concessão. **EPR Infraestrutura PR:** Em 22/10/2024, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão. Em 17/12/2024, a EPR Infraestrutura PR realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, em rito automático, com vencimento final em 04/12/2026. O montante total da emissão foi de R\$ 260.000 mil. As debêntures foram integralmente subscritas em 2024, mas integralizadas em 14/02/2025. Em 10/02/2025, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 31,49% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão. Em 16/12/2024, a Companhia e a EPR Litoral Pioneiro obtiveram a concessão de registro de Emissor – categoria B pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Eco-nômico-Financeiros:** A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 577,6 milhões no exercício social findo em 2024. A receita líquida ajustada1 em 2024 foi de R\$ 527,6 milhões. O tráfego foi de 15,5 milhões de veículos e de 41,6 milhões de eixos equivalentes2 em 2024. O EBITDA ajustado no exercício social findo em 2024 foi de R\$ 425,7 milhões (margem EBITDA ajustada de 80,7%). No período de doze meses de 2024, a Companhia registrou R\$ 455,7 milhões com custos de construção com concentração no último mês do ano e desembolsou R\$ 321,7 milhões, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Programa de Integridade EPR: A EPR Infraestrutura PR e a EPR Litoral Pioneiro estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Compliance de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). O Grupo EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas em abril de 2024 as seguintes políticas de integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; e (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais As referidas Políticas visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antibsuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.240, de 2015), bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do programa de integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação

1 Receita líquida ajustada desconsidereira a receita de construção.
2 Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. A estrutura dedicada ao tema estabeleceu processos para gestão de onboarding de fornecedores, gestão de GRC, bem como revisão e inclusão de cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio. O programa de integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos do programa estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos e recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do programa de integridade. O Grupo EPR possui em seu programa um canal de ética imparcial, administrado por terceiro, disponível 24h, sete dias por semana, no qual a área de integridade tem como escopo conduzir, gerenciar e tratar as denúncias recebidas, além de deliberar os temas em comitê executivo de integridade e ética da EPR. **Sustentabilidade: Comitê Socioambiental:** A EPR Litoral Pioneiro estabeleceu um Comitê Socioambiental, em abril de 2024, com a aprovação do Diretor Presidente, com a missão de planejar e executar ações que promovam a inclusão social e a conscientização ambiental. Entre as iniciativas realizadas em 2024, destacam-se a campanha do agasalho, doação de sangue, doação de brinquedos para a campanha de Natal e educação ambiental, iniciativas que fortaleceram os vínculos com a comunidade e reforçaram as práticas sustentáveis e sociais da Companhia. **Programas ambientais e sociais:** O contrato de concessão prevê o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, o qual determina a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do sistema rodoviário. O Programa Carbono Zero é composto por três fases: Inventário, Compensação e Certificação. A Companhia em 2024 estava na fase de inventário e o relatório será entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no início do 2º ano do Contrato de Concessão (2025), abrangendo as atividades operacionais do ano de 2024. Ao finalizar o inventário, serão estabelecidas ações e metas para a redução das emissões no próximo ciclo. A concessionária atua para garantir o atendimento aos Padrões de Desempenho da International Finance Corporation (IFC), fortalecendo ainda mais suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Em 2024, foi realizado o planejamento e iniciada a implantação para a aderência aos padrões de desempenho do IFC. Além disso, a Companhia iniciou a implantação dos sistemas de Gestão ISO (ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 39001). A EPR Litoral Pioneiro realizou doações a projetos incentivados em 2024. Foram 5 projetos, sendo: 2 projetos de incentivo à cultura, 1 projeto de incentivo ao esporte, 1 projeto relacionado ao fundo de apoio à pessoa idosa e 1 projeto relacionado ao fundo de apoio à criança e adolescente, no montante total de R\$ 1,6 milhões. **Operação Verão:** A EPR Litoral Pioneiro visando a segurança, atendimento ágil e de qualidade, iniciou em novembro de 2024 a operação “Operação Verão – Partiu férias pia” com o intuito de melhorar a fluidez nas rodovias que levam ao litoral. Com a implantação de novas pistas de autoatendimento e aumento da equipe operacional, a Companhia busca promover segurança e fluidez. Em um balanço parcial da operação verão 2024/2025, 10 mil acionamentos foram realizados com a necessidade de 3 mil atendimentos, sendo que neste intervalo de pouco mais de um mês da operação, celebra-se a ausência de acidentes com vítimas fatais em meio ao grande movimento de veículos. Entre os dias de 20/12/2024 e 05/01/2025, passaram pelas rodovias 1,3 milhões de veículos. A BR-277 foi a mais movimentada. A praça de pedágio de São José dos Pinhais registrou mais de 600 mil veículos. **Recursos Humanos:** Em 2024, a EPR Litoral Pioneiro registrou o maior número de contratações, totalizando 442 empregos diretos na concessão. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios:** A EPR Litoral Pioneiro, no ano de 2024, repassou R\$ 28,5 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 27 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Desempenho: Tráfego:** O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 23/03/2024 (início da arrecadação) até 31/12/2024:



O tráfego acumulado no exercício findo em 31/12/2024 foi de 41,6 milhões de eixos equivalentes, sendo 9,4 milhões de veículos leves e 32,1 milhões de veículos pesados.

	2024	2024%
Tráfego em milhares de eixos equivalentes		
Leves	9.435	23%
Pesados	32.127	77%
Total	41.562	100%

Tarifa Média: A tarifa média líquida (receita líquida ajustada sobre eixos equivalentes) no período findo em 31/12/2024 foi de R\$ 12,70. **Receita:** A cobrança de pedágio iniciou-se em 23/03/2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio no período findo de 2023. A receita líquida consolidada totalizou R\$ 983,3 milhões no período findo em 31/12/2024. A receita líquida ajustada foi de R\$ 527,6 milhões em 31/12/2024.

	2024	2023
Receita (R\$ mil)		
Receita Bruta	1.033.392	19.961
Receita de serviços prestados	577.649	–
Receita de serviços de construção	455.677	19.961
Receitas acessórias	66	–
Imposto sobre receitas operacionais	(50.077)	–
Receita Líquida	983.315	19.961
Receita Líquida Ajustada	527.638	–

Custos e Despesas Operacionais:				
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)		Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024	2023

Custo de serviços de construção	–	(455.677)	(19.961)
Com pessoal	–	(33.564)	–
Serviços de terceiros	(736)	(3)	(66)
Custos da concessão	–	(18.390)	–
Depreciação e amortização	–	(12.160)	(96)
Seguros e garantias	–	(5.335)	–
Combustíveis e lubrificantes	–	(5.313)	–
Aluguéis	–	(3.493)	–
Perda de arrecadação	–	(196)	–
Outros	(15)	(13.506)	(2.595)
Custos e Despesas Operacionais	(751)	(3) (575.465)	(22.718)

Em 31/12/2024 os custos de serviços de construção consolidado foram de R\$ 455,7 milhões de um total de R\$ 575,5 milhões, representando 79,2% do total de custos operacionais. **EBITDA:** O EBITDA Consolidado totalizou R\$ 425,7 milhões em 31/12/2024, com margem EBITDA ajustada de 80,7%.

	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	–	–	983.315	19.961
Receita de construção	–	–	(455.677)	(19.961)
Receita Líquida Ajustada	–	–	527.638	–
Custos operacionais	–	–	(540.193)	(19.961)
Equivalência patrimonial	307.785	(795)	–	–
Despesas operacionais	(751)	(3)	(35.272)	(2.757)
Outras receitas e despesas	–	–	5.708	–
Custos de construção	–	–	455.677	19.961
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	307.034	(798)	(114.080)	(2.757)
EBIT	307.034	(798)	413.558	(2.757)
Depreciação e amortização	–	–	12.160	–
EBITDA	307.034	(798)	425.718	(2.757)
Margem EBITDA Ajustada	0,0%	0,0%	80,7%	0,0%
Conforme a Resolução CVM nº156, de 23/06/2022, segue abaixo a reconciliação do				
lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:				
FRITDA (R\$ mil)	Controladora	Consolidado		

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23/06/2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	280.075	(3.063)	280.075	(3.063)
(+) IR e CS – correntes e diferidos	2.956	–	147.044	843
(+) Resultado financeiro	24.003	2.265	(13.561)	(537)
(+) Depreciação e amortização	–	–	12.160	–
EBITDA	307.034	(798)	425.718	(2.757)

Resultado Financeiro:	Controladora		Consolidado	
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1	172	46.475	3.114
Outras receitas	–	–	38	–
Despesas Financeiras				
Juros sobre debêntures	(20,303)	(2.358)	(20.303)	(2.358)
Ajuste a valor presente	–	–	(5.374)	–
Impostos sobre receitas financeiras	(2.421)	–	(4.589)	–
Amortização dos custos de captação	(1.112)	(73)	(1.112)	(73)
Outras despesas financeiras	(168)	(6)	(1.574)	(146)
Resultado Financeiro	(24.003)	(2.265)	13.561	5.574

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de R\$ 24,0 milhões em 31/12/2024, R\$ 13,6 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora representa os juros das debêntures captadas. O resultado no Consolidado é representado pelo incremento de rendimentos sobre aplicações financeiras, dado a maior disponibilidade de saldo de caixa aplicado, subtraídos pelos juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

	Taxas		
Endividamento:			
Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Contratuais	Vencimento
1ª emissão			
série única	250.000	CDI + 2,75%	dez–26
Total Debêntures			
Arrendamento mercantil	186.348		249.792
Caixa	186.348		249.472
Divida Líquida	(365.807)		(485.323)

A EPR Infraestrutura PR possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 179,5 milhões em 31/12/2024, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04/12/2023. Em 22/10/2024, a EPR Infraestrutura PR efetuou a Amortização Extraordinária Facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão. **Lucro (Prejuízo) Líquido:** Em 31/12/2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 280,1 milhões no Consolidado. **Governança Corporativa: Conselho de Administração:** O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições. **Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Relacionamento com a Auditoria Externa:** A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços além revisões das Informações Trimestrais dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30/09/2024 e da ida auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024, que possam levar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos serviços de auditoria prestados. **Declaração da Administração:** A Administração da EPR Infraestrutura PR S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29/03/2022, que revisou, discutiu e concordou(i) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e (ii) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras relativas ao período entre 01/01/2024 a 31/12/2024.

Demonstração de Resultado:				
Demonstração do resultado (em R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023

Receita operacional líquida	–	–	983.315	19.961
Custos dos serviços prestados	–	–	(540.193)	(19.961)
Lucro bruto	–	–	443.122	–
Receitas (despesas) operacionais	–	–	–	–
Despesas gerais e administrativas	(751)	(3)	(35.272)	(2.757)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	5.708	–
Equivalência patrimonial	307.785	(795)	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro	307.034	(798)	413.558	(2.757)
Resultado financeiro	–	–	–	–
Receitas financeiras	1	172	46.513	3.114
Despesas financeiras	(24.004)	(2.437)	(32.952)	(2.577)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	283.031	(3.063)	427.119	(2.220)
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(145.503)	(843)
Correntes	(2.956)	–	(1.541)	–
Diferidos	–	–	–	–
Lucro líquido do período	280.075	(3.063)	280.075	(3.063)

Balço Patrimonial:				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023

Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,1373	(0,1073)	0,1373	(0,1073)
Balanco Patrimonial:				
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	79	143	365.807	485.323
Contas a receber	–	–	37.448	–
Partes relacionadas	–	–	1.950	–
Impostos a recuperar	3.964	39	13.687	546
Adiantamentos a fornecedores	–	–	22.593	57
Dividendos e juros sobre capital próprio	99.473	–	–	–
Recurso vinculado	–	–	–	–
Outros ativos	–	–	310	–
Total do ativo circulante	103.516	182	441.795	485.926
Não circulante				
Valores a receber do poder concedente	–	–	5.695	–
Recursos vinculados	–	–	18.139	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	1.415	–
Depósitos judiciais	–	–	14	–
Realizável a longo prazo	–	–	25.263	–

EPR Infraestrutura PR S.A.														
Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)					Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)					Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023
Obrigações fiscais	2.430	-	10.282	244	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	96.535	-	-	-	Amortização de debêntures – principal	(86.051)	-	(86.051)	-
Partes relacionadas	1.464	61	(3.357)	5.811	Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	(305.759)	(21.045)	Custos de captação de debêntures	(757)	(2.639)	(757)	(2.639)
Credores pela concessão	-	-	4.863	-	Aquisições de itens de intangível	-	-	(9.942)	-	Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	-	(13.065)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	683	187	435.450	5.757	Aquisições de itens de imobilizado	-	-	(5.955)	-	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(86.808)	500.611	(99.873)	500.611
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(104.974)	-	Recursos vinculados	-	-	(17.989)	-	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(64)	143	(119.516)	485.323
Pagamento de juros sobre debêntures	(10.474)	-	(104.974)	-	Caixa líquido (gerado pelas) utilizado nas atividades de investimento	96.535	(500.655)	(339.645)	(21.045)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	143	-	485.323	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.791)	187	320.002	5.757	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	253.250	-	253.250	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	79	143	365.807	485.323
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(500.655)	-	-	Aumento de capital social e reserva de capital	-	253.250	-	253.250					
Aumento de capital em controladas	-	(500.655)	-	-	Emissão de debêntures	-	250.000	-	250.000					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)														
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
										Capital social				
										Capital social integralizar				
										Capital social integralizado				
										Reserva de capital				
										Reserva legal				
										Reserva de lucros				
										Lucros (prejuízos) acumulados				
										Total				

continuação ◀	EPR Infraestrutura PR S.A.	
lar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. A controlada possui o mesmo exercício social da Companhia. 4.3 Receitas de contratos com clientes: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário pertinente aos recursos vinculados da concessão. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. 4.4 Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Compensação: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis: A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”. Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como por exemplo Softwares, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Para o âmbito da concessão, a infraestrutura referente ao contrato de concessão são registrados dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a controlada Litoral Pioneiro atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da	vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. 4.6 Ativos imobilizados: Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; e • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso 4.7 Capitalização de custos: Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. 4.8 Capitalização de juros: Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. 4.9 Fornecedores: Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, caucios contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. 4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) : (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo e na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial: A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber e ativos contratuais: O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na Nota 29. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. 4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional	de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. 4.12 Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. 4.13 Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) Ações preferenciais: Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. 4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. 4.16 Benefícios a empregados: Benefício de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, descontos financeiros obtidos e ajuste a valor presente de ativos e passivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. 4.18 Imposto de renda e contribuição social: (i) Lucro real: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) Imposto diferido: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para impostos de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. 4.19 Tributos sobre prestações de serviços: Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. 4.20 Resultado por ação: O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. 4.21 Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. 4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 4.23 Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.										do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada pela controlada Litoral Pioneiro. O saldo em 31/12/2024 é referente aos depósitos realizados no exercício.									
Consolidado2024 Saldo no início do exercício (+) Depósitos de recursos vinculados16.831 (+) Rendimento de recursos vinculados150 (+) Provisão sobre contas a receber (a)1.158 Saldo no final do exercício18.139 (a) Refere-se a 3% sobre as contas a receber em aberto em 31/12/2024. 11. Investimento: O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.										Consolidado2024 Depreciação acumulada Saldo em 31/12/2023- (+) Depreciação(253) Saldo em 31/12/2023(253) Saldo em 31/12/20244.047 Taxas de depreciação 2024 – a.a.20% 14. Infraestrutura em construção:									
ParticipaçãoControladora InvestidaControle2024202320242023 EPR Litoral Pioneiro S.A. Controlada100%99%620.135499.860 620.135499.860										Consolidado Intangível emAdiantamentos andamento (a)a fornecedoresTotal Saldo em 1º/06/2023- (+) Adições19.9611.08421.045 Saldo em 31/12/202319.9611.08421.045 (+) Adições438.85516.513455.368 (+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores16.822(16.822)- Transferências para ativo intangível (Nota 15)(106.758)-(106.758) Saldo em 31/12/2024368.880775369.655 (a) Refere-se principalmente a obras nos pavimentos com o objetivo restabelecer níveis de serventia mínimos, definido pelos parâmetros de desempenho, reparo e substituição de placas danificadas, de modo a atender os limites estabelecidos para os parâmetros de desempenho. Os juros e custos sobre as debêntures são capitalizados a uma taxa de 10,17% a.a. nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31/12/2024, foram capitalizados R\$ 12.423 (Nota 18). A controlada Litoral Pioneiro, em 31/12/2024, estava atendendo o escopo de trabalhos iniciais conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços que tem por objetivo a eliminação dos problemas que impliquem em riscos pessoais e materiais iminentes, provendo os requisitos mínimos de segurança e conforto aos usuários. A conclusão dessa etapa ocorreu em fevereiro/2025.									
Consolidado2024 Ativo circulante439.000485.743 Ativo não circulante552.17521.045 Total do ativo991.175506.788 Passivo circulante325.0036.928 Passivo não circulante58.460- Total do passivo383.4636.928 Patrimônio líquido607.712499.860 Total do passivo e patrimônio líquido991.175506.788 (ii) Demonstração do resultado:										Consolidado 20242023 Saldo em 31/12/2023443.122- Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas(28.813)(2.754) Resultado financeiro37.5642.802 Lucro operacional antes dos impostos451.87348 Imposto de renda e contribuição social(144.088)(843) Lucro líquido do exercício/período307.785(795) 12. Direito de uso e arrendamento mercantil a pagar: a) Direito de uso de arrendamento: A movimentação do ativo direito de uso do Grupo em 31/12/2024 é evidenciada no quadro abaixo:									
Consolidado GuinchosAtendi-mento pré-hospita-los (a) (b) Veicu-los (c) Imó-veis (d) Total Saldo em 31/12/2023- (+) Adições41.4816.6249.2241.85559.184 Saldo em 31/12/202441.4816.6249.2241.85559.184 Amortização acumulada Saldo em 31/12/2023- (+) Amortização(6.913)(1.104)(1.825)(39)(9.881) Saldo em 31/12/2024(6.913)(1.104)(1.825)(39)(9.881) Direito de uso líquido Saldo em 31/12/2023- Saldo em 31/12/202434.5685.5207.3991.81649.303 Taxa de amortização – a.a.20%20%33%25% (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos. (d) Refere-se à locação de sede administrativas. b) Passivo de arrendamento: A movimentação do passivo de arrendamento do Grupo em 31/12/2024 é evidenciada no quadro abaixo:										Consolidado 20242023 Saldo no início do exercício (+) Adições59.184 (+) Ajuste a valor presente (Nota 26)5.374 (-) Pagamentos(13.065) Saldo no final do exercício51.493 Circulante11.086 Não Circulante40.407 Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos mercantis são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando a taxa de 13,04% a.a. Em 31/12/2024, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 13.536. Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento: Consolidado20242023 202612.456 202713.114 202812.714 20292.123 Total40.407 Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 12,25% a.a., similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.									
Consolidado2024 Fluxo real (contabilizado) Direito de uso em arrendamentos59.18449.30336.62823.95111.978 (-) Amortização(9.881)(2.677)(11.973)(11.978) 9.88136.62823.95111.978 Passivo de arrendamento59.18451.49340.40727.95114.836 (-) Encargos financeiros(7.691)(11.086)(12.456)(13.115)(14.836) 51.49340.40727.95114.836- Fluxo nominal Direito de uso em arrendamentos66.43455.34241.11426.88413.445 (-) Amortização(11.092)(14.228)(14.230)(13.439)(13.445) 55.34241.11426.88413.445 Passivo de arrendamento66.43457.80145.35731.37516.655 (-) Encargos financeiros(8.633)(12.444)(13.982)(14.720)(16.655) 57.80145.35731.37516.655- 13. Imobilizado:										Consolidado Computadores eOutras periféricosimobilizaçõesTotal Saldo em 31/12/2023- (+) Adições4.3001.6555.955 Saldo em 31/12/20244.3001.6555.955 Saldo em 31/12/2023- (+) Compartilhamento de custos-1.525 (-) Pagamentos / Recebimentos financeiros(61) Saldo em 31/12/2024-1.525									
Consolidado2024 Ativo Passivo Saldo em 31/12/202361 (+) Compartilhamento de custos-1.525 (-) Pagamentos / Recebimentos financeiros(61) Saldo em 31/12/2024-1.525										Consolidado2024 Recursos vinculados (a)18.008 Recurso para desenvolvimento tecnológico (b)2.168 Verba de segurança no trânsito (c)1.198 Verba de fiscalização (d)1.497 Total22.871 Circulante4.863 Não Circulante18.008 (a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% sobre a receita de serviços prestados. Conforme decisão do poder concedente, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensações decorrentes do desconto de usuário frequentista; ii. Recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. E, vedado ao Grupo a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, a qual qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro. (b) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão o Grupo deverá destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico. (c) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisão a verba de segurança no trânsito, conforme determinado pela ANTT. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. (d) ANTT definirá a forma e o momento em que o Grupo deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito. (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor da ANTT a verba de fiscalização destinada à									
Consolidado2024 QuantidadeTaxasContratuaisVenci-mento20242023 Série1ª emissão – CDI + 2,75% a.a. Dez/2026188.559252.358 Série única188.559252.358 Total186.348249.792 Circulante23.4551.478 Não Circulante162.893248.314 A movimentação do exercício findo em 31/12/2024 e do período findo em 31/12/2023 é como segue:										Consolidado20242023 Saldo no início do exercício / período (+) Captações-250.000 (+) Juros provisionados (Nota 26)20.3032.358 (+) Juros capitalizados (Notas 11 e 14)12.423- (-) Pagamentos de principal(86.051)- (-) Pagamento de juros(10.474)- (-) Custos de captação(757)(2.639) (+) Amortização dos custos de captação (Nota 26)1.11273 Saldo no final do exercício / período186.348249.792 Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures não circulante, por ano de vencimento: Consolidado20242023 2026162.893248.314 Total162.893248.314 Em 22/10/2024, a Companhia efetuou a amortização extraordinária facultativa de 34,42% do valor unitário das debêntures da 1ª emissão, no montante de R\$ 96.525, sendo R\$ 86.051 referente ao principal e R\$ 10.474 referente aos juros. Garantia fidejussória: As debêntures contam com garantia fidejussória da EPR Participações S.A., na forma de fiança. A vigência da fiança é entre a data da primeira integralização das debêntures até o pagamento integral das obrigações garantidas. Garantias reais: • Alienação de 100% das ações ordinárias e preferências da Companhia; • Alienação de 100% das ações ordinárias da controlada Litoral Pioneiro; • Cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta vinculada. Covenants: Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) perda ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elididos no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplimento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia monitora regularmente o cumprimento das condições estabelecidas nas cláusulas restritivas. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas descritas acima.									
Consolidado20242023 20242023 22.59357 22.59357 9. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2024 e do período findo em 31/12/2023 é como segue:										Consolidado20242023 20242023 22.59357 22.59357 Adiantamentos a fornecedores 22.59357									

<

continuação ▼

o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível:** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder cedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 14 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 14 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes,

EPR Infraestrutura PR S.A.

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

EPR Infraestrutura MG S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024																																																	
São Paulo (SP), 31/03/2025 – A EPR Infraestrutura MG S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra MG”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. EPR Infraestrutura MG S.A.: A EPR Infraestrutura MG S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 04/06/2024, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Maranhão, nº 1666, Bairro Umurama, no município de Uberlândia - MG. A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. EPR Via Mineira S.A. : A EPR Via Mineira S.A. foi constituída em 20/05/2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do Contrato de Concessão. O “Contrato n.º 004/2023” foi celebrado em 04/07/2024 com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 04/07/2024. A Concessionária opera 03 praças de pedágio e 05 Postos de Atendimento ao longo dos 232 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 15 municípios, todos no estado de Minas Gerais. Grupo EPR: A EPR Participações S.A. (“EPR”), acionista controladora indireta da EPR Via Mineira, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. A EPR, por meio da EPR Triângulo, da EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia federal no Estado do Paraná. Em 19/12/2024, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 6 do estado do Paraná. Mensagem do Diretor Presidente: A EPR Infraestrutura MG é a controladora da EPR Via Mineira. Em 2024, a EPR Via Mineira avançou significativamente na segurança viária, no atendimento ao usuário e na modernização da infraestrutura da BR-040. Desde o início da concessão, foram executados serviços essenciais como a requalificação do pavimento com revestimento asfáltico (CBUQ), implantação de sinalização horizontal e vertical, instalação de tachas refletivas, limpeza e manutenção de drenagem, controle da vegetação e remoção de resíduos das faixas de domínio. Além disso, fortalecemos nossas operações em conjunto com a Defesa Civil no combate a incêndios, garantindo maior proteção ao entorno da rodovia. Um marco desse primeiro ano foi a execução do Plano de 100 Dias, iniciado já no primeiro dia da concessão. Com 41 ações prioritárias, esse plano trouxe impactos imediatos na segurança e na fluidez do tráfego, aumentando a confiança dos usuários e reafirmando nosso compromisso com uma rodovia mais eficiente. Dentre as principais entregas, destacam-se as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes – um reflexo direto da nossa atuação assertiva e comprometida. Além das obras e melhorias estruturais, a EPR Via Mineira tem implementado inovações nos modelos de concessão, como: • Desconto de Usuário Freqüente (DUF), beneficiando quem utiliza regularmente a rodovia; • Desconto Básico de Tarifa (DBT) para todos os motoristas que utilizam TAGs de pagamento automático; • Isenção de tarifa para motociclistas, garantindo maior acessibilidade e inclusão. Nosso próximo passo é o investimento em tecnologia, que será fundamental para elevar ainda mais a eficiência operacional e a segurança da rodovia. Estamos estruturando a implantação de sistemas avançados de monitoramento por câmeras, que permitirão um controle mais preciso do tráfego e embasarão a criação de uma inteligência operacional estratégica. Esse projeto trará mais agilidade na tomada de decisão e aprimorará o atendimento aos usuários. Além disso, em um futuro breve, a conectividade será uma realidade em todo o trecho da concessão, com cobertura 4G ao longo da BR-040. Essa infraestrutura ampliará a segurança e a experiência dos usuários, permitindo maior acesso à informação e eficiência nos serviços de atendimento. Nosso compromisso vai além da infraestrutura viária. Buscamos impactos positivos nas comunidades ao longo da BR-040, promovendo desenvolvimento econômico, social e ambiental. Com uma gestão baseada em eficiência, inovação e segurança, seguimos transformando a experiência de quem transita pela rodovia. José Carlos Cassaniga. Destaques de 2024: Operacional e Regulatório: O Grupo EPR arrematou o processo licitatório (1.º da relicitação da BR-040) no dia 11/04/2024. O contrato junto à ANTT foi firmado no dia 04/07/2024, sendo a assinatura do contrato no dia 06/08/2024, data em que se iniciou a cobrança nas três praças de pedágio (Tabirito, Conselheiro Lafaiete e Barbacena). A EPR Via Mineira realizou mais de 17 mil atendimentos aos usuários ao longo do ano de 2024. O Centro de Controle Operacional (CCO) da concessionária funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias. A EPR Via Mineira buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos no ano de 2024:																																																	
Atendimentos		2024																																															
Socorro Médico		3.931																																															
Socorro Mecânico		7.242																																															
Atendimento (Caminhão Pipa)		382																																															
Atendimento (Caminhão Boiadeiro)		507																																															
Inspeções		4.964																																															
TOTAL		17.026																																															
Prêmio ANTT 2024: A EPR Via Mineira foi reconhecida com a Menção de Prata como Destaque Regulatório em 2024, a premiação levou em consideração as boas práticas regulatórias e operacionais realizadas. O reconhecimento reflete os avanços promovidos durante o Plano de 100 Dias, uma inovação da EPR Via Mineira, que implementou melhorias significativas em 41 pontos mapeados na rodovia. Essas ações colaboraram com a redução de 26,6% de acidentes fatais e 38,8% no número de óbitos no período. Entre os principais serviços, destacam-se: • 100 quilômetros de drenagens limpas; • 900 quilômetros de roçada realizada; • 14 mil tachas refletivas instaladas; • 253 quilômetros de sinalização horizontal revitalizada; • 235 toneladas de resíduos removidos; • 500 novas placas de sinalização vertical implantadas. Destaque também para as intervenções no Trevo da Moeda, na Curva da Celinha e no Trevo Paulo VI, que, desde sua conclusão, registram ausência de acidentes. Investimentos: A EPR Via Mineira encerrou o ano de 2024 com avanços significativos na segurança viária e a melhoria da infraestrutura nas rodovias sob sua administração. Mais de R\$ 75,9 milhões foram desembolsados entre obras de melhorias no trecho que fazem parte dos Trabalhos Iniciais previstos no contrato de concessão. As intervenções incluem fresagem, recomposição de pavimento, reparos localizados, revitalização de sinalização horizontal, instalação de placas e outros dispositivos de segurança. Os investimentos realizados foram: • 1.510 quilômetros de roçada; • Aplicação 55 mil toneladas de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) em mais de 130 quilômetros de faixas; • Remoção de 317 toneladas de lixo; • Revitalização de 90.255 m² de sinalização horizontal; • Implantação de 1.070 novas placas de sinalização; • Instalação de 26.774 unidades de tachas refletivas; • Posiciona-																																																	
mento de 451 balizadores ao longo do trecho. Aumento de capital: Em 04/06/2024, a EPR Infraestrutura MG foi constituída com a subscrição de 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 100,00 reais, e a integralização do valor total dessas ações pelos acionistas. Em 11/06/2024, foram subscritas 27.499.950 (vinte e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 27.500.050 (vinte e sete milhões, quinhentos mil e cinquenta) ações preferenciais, classe A, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 55.000.000, pelas acionistas. Em 11/06/2024, foram subscritas 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação, na EPR Via Mineira, perfazendo o total de R\$ 340.000.000, pelo acionista EPR Infraestrutura MG S.A. O valor parcialmente integralizado no capital social foi de R\$ 173.000 mil. Conforme definido no contrato de concessão, a Companhia tem o compromisso de aportar o restante do valor a integralizar até 04/07/2025, 12 meses após o início das operações. Econômico-Financeiros: A receita bruta com arrecadação de pedágio da Companhia foi de R\$ 158,2 milhões em 2024. A receita líquida ajustada1 em 2024 foi de R\$ 144,7 milhões. O tráfego em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes2. O EBITDA em 2024 foi de R\$ 95,5 milhões. Em 2024, a Companhia registrou R\$ 97,8 milhões com custos de construção e desembolsou R\$ 75,9 milhões com destaque para obras de Trabalhos Iniciais, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER). Programa de Integridade EPR: A EPR Infraestrutura MG e a EPR Via Mineira estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Compliance da EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas em abril de 2024 as seguintes políticas de integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; e (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais As referidas Políticas visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015), bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do programa de integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. A estrutura dedicada ao tema estabeleceu processos para gestão de onboarding de fornecedores, gestão de GRC, bem como revisão e inclusão de cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com parceiros de negócio. O programa de integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos do programa estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos e recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do programa de integridade. O Grupo EPR possui em seu programa um canal de ética imparcial, administrado por terceiro, disponível 24h, sete dias por semana, no qual a área de integridade tem como escopo conduzir, gerenciar e tratar as denúncias recebidas, além de deliberar os temas em comitê executivo de integridade e ética da EPR. Sustentabilidade: Programas Ambientais e Sociais: Faz parte do escopo do Contrato de Concessão da EPR Via Mineira o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, o qual determina a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do Sistema Rodoviário. O primeiro inventário será entregue à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT no início do 2º ano do Contrato de Concessão (2025). A EPR Via Mineira realizou doações a projetos incentivados em 2024. Foram 5 projetos, voltados ao esporte, cultura, fundo de apoio à infância e adolescência e fundo de apoio ao idoso, no montante total de R\$ 1,7 milhões. Implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI) : A EPR Via Mineira implantará em até dois anos da data de eficácia do Contrato de Concessão, os Sistemas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental, com base na norma NBR ISO 14.001, conforme item 5 do PER e até o 24º (vigésimo quarto) mês da data de eficácia do Contrato de Concessão, o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na série de normas NBR ISO 45.001. Implantação de monitoramento de chuvas: A EPR Via Mineira em parceria com o SMAC (Sistema de Monitoramento e Alerta Climático), realiza a coleta de dados e monitoramento contínuo de dados meteorológicos. Este monitoramento auxilia a equipe de Engenharia para ações práticas de prevenção e agilidade operacional, assegurando o atendimento ao usuário em situações climáticas extremas. Recursos Humanos: Em 2024, a EPR Via Mineira registrou o maior número de contratações, totalizando 292 empregos diretos na região da concessão. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. Desenvolvimento econômico dos municípios: A EPR Via Mineira, no ano de 2024, repassou R\$ 7,7 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 15 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. Desempenho EPR Via Mineira: Tráfego O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados desde 06/08/2024 (início da arrecadação) até 31/12/2024:																																																	
		2.427	2.705	2.815	2.640	2.831																																											
		71,5%	68,9%	69,7%	68,9%	65,6%																																											
		28,5%	31,1%	30,3%	31,1%	34,2%																																											
		ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24																																											
		■ Leves ■ Pesados																																															
O tráfego acumulado em 2024 foi de 13,4 milhões de eixos equivalentes3, sendo 4,2 milhões de veículos leves e 9,2 milhões de veículos pesados.																																																	
<table><tr><td colspan="2">Tráfego em milhares de eixos equivalentes</td><td>2024</td><td>2024%</td><td colspan="6"></td></tr><tr><td colspan="2">Leves</td><td>4.175</td><td>31%</td><td colspan="6"></td></tr><tr><td colspan="2">Pesados</td><td>9.243</td><td>69%</td><td colspan="6"></td></tr><tr><td colspan="2">Total</td><td>13.418</td><td>100%</td><td colspan="6" rowspan="62"></td></tr></table>										Tráfego em milhares de eixos equivalentes		2024	2024%							Leves		4.175	31%							Pesados		9.243	69%							Total		13.418	100%						
Tráfego em milhares de eixos equivalentes		2024	2024%																																														
Leves		4.175	31%																																														
Pesados		9.243	69%																																														
Total		13.418	100%																																														
Tarifa Média: A tarifa média por eixo equivalente em 2024 foi de R\$ 11,79.																																																	
Receita: A cobrança de pedágio iniciou-se em 06/08/2024. Dessa forma, não houve receita de arrecadação de pedágio em 2023, respectivamente. Apresentamos a receita apurada abaixo:																																																	
1 Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção																																																	
2 Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo																																																	
3 Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo																																																	

continuação

continuação ▶

o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Computadores e periféricos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; e • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das notas comerciais atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização de juros:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela controlada Via Mineira relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) :** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;+ • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da perda de crédito esperada no balanço patrimonial:** A perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperações através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na Nota 29. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a

direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulares e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulares e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados: Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, decontos financeiros obtidos e ajuste a valor presente de ativos e passivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e notas comerciais, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostob sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 Imposto de renda e contribuição social: (i) Lucro real:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) **Imposto diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos atos diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iv) **Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento

mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 01/01/2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • **Alterações ao IFRS 16:** Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) – Especificação de requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém (equivalente ao CPC 06); • **Alterações ao IAS 1:** Classificação de passivos como circulante ou não circulante – Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e introdução de uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses (equivalente ao CPC 26 (R1)); e • **Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Acordos de financiamento de fornecedores – Esclarecimento das características de acordos de financiamento de fornecedores e exigência de divulgações adicionais desses acordos com o objetivo de auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade (equivalente ao CPC 40 (R1)). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. • **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. • **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. • **Alterações ao CPC 02 (R2) –**

Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) -Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 01/01/2025. Tais alterações não irão exercer um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Numerários em trânsito	-	152
Caixa e contas bancárias	3	568
Aplicações financeiras	493	154.530
Total	496	155.250

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2024.

6. Contas a receber:

	Consolidado
	2024
Pedágio eletrônico a receber	23.656
Total	23.656

A controlada Via Mineira faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31/12/2024, a controlada reconheceu R\$ 184 (Nota 24) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre essas contas a receber. O aging do contas a receber em 31/12/2024 é evidenciado no quadro abaixo:

	Consolidado
	2024
A vencer	23.595
Vencidos	-
Até 1 mês	21
De 1 a 2 meses	40
Total	23.656

7. Valores a receber do poder concedente:

	Consolidado
	2024
Desconto de usuário frequente ("DUF") (Nota 26)	1.177
Total	1.177

O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Via Mineira, conforme regras previstas no contrato de concessão. No primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no ano subsequente à apuração anual realizada pela controlada. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso será pago pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada. No período findo em 31/12/2024, a controlada Via Mineira registrou somente adições a título de DUF, não recebendo nenhum reembolso durante o período. **8. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado do período findo em 31/12/2024 é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.191	93.260
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(20.465)	(31.709)
Ajustes para alíquota efetiva	-	-
Equivalência patrimonial	22.873	-
Incentivos fiscais	-	1.127
Adições/exclusões permanentes	-	(79)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	(2.847)	(2.847)
Total	(439)	(33.508)
Imposto de renda e contribuição social:	-	-
Correntes	-	(34.873)
Diferidos	(439)	1.365
Total	(439)	(33.508)

Alíquota efetiva de impostos
b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Ativo fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	188	
	188	
Passivo fiscal diferido		
Capitalização de juros	(627)	
	(627)	
Passivo fiscal diferido líquido		
	(439)	
	Consolidado	2024
Ativo fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	188	
Provisão para fornecedores	633	
Provisão para participação nos lucros	523	
Arrendamento mercantil	309	
Credores pela concessão	276	
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	
Outros ativos diferidos	47	
Passíveis de compensação	(188)	
Ativo fiscal diferido líquido		
	1.804	
Passivo fiscal diferido		
Capitalização de juros	(627)	
Passíveis de compensação	188	
	(439)	

Passivo fiscal diferido líquido
A Companhia possuía em 31/12/2024 os montantes de R\$ 2.276 e R\$ 759 referentes a ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, em função da Companhia ser uma holding e, portanto, não possuir projeções de lucro tributável. **9. Recursos vinculados:** A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% da receita tarifária arrecadada pela controlada Via Mineira. O saldo em 31/12/2024 é referente aos depósitos realizados no período.

	Consolidado
	2024
Saldo no início do período	-
(+) Depósitos de recursos vinculados	4.139
(-) Rendimento de recursos vinculados	42

continuação ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31/03/2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

**ICP
Brasil**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



...continua

financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • A ativo financeiro por mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros como o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 26. ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 26. i.2) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 26. i.3) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) ICMS: Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco e da Bahia, são registrados no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele só registrados na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregos e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo fiscal, esse não poderá ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", a não ser que, em data posterior, a empresa realize exercícios subsequentes (Nota 26). j.2) Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ: A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas à produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando à implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) Vendas de produtos: O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) Prestação de serviços: A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) Componente de financiamento significativo: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro patrimonial: Calculado com base na quantidade ponderada de ações de capital social no exercício. 2.4. Bases de consolidação e investimento em controlada: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31 de dezembro de 2024. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e que possa alterar o exercício da opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por um mês mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir

emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância ao ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 2. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. 4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A nova norma não teve impacto na divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements) (PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma. Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a convertibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. 5. Caixa e equivalentes de caixa

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Caixa e bancos

1

3

522

1.101

152

1

3

1.168.677

1.101.678

Aplicações financeiras – fundos de renda fixa (a)

1

3

1.169.193

1.101.813

Caixa e equivalentes de caixa

1

3

1.169.193

1.101.813

Aplicações financeiras – renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao valor justo contra resultado que é compatível com o custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alto liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

302.078

288.578

278.494

258.578

Circulante

23.584

–

302.078

258.578

Não Circulante

–

–

–

–

(i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes – mercado externo" representam faturas comerciais ("invoices") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas por variação cambial até a data do balanço. O valor presente do cliente a receber de clientes, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

2024

2023

2025

2026

23.584

–

23.584

–

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

2024

2023

A vencer

251.125

245.566

Vencidos até 60 dias

33.012

37.814

Vencidos de 61 a 90 dias

7.439

2.182

Vencidos de 91 a 180 dias

6.125

2.568

Vencidos de 181 a 360 dias

7.342

1.214

Vencidos há mais de 360 dias

15.786

4.269

Total

320.834

293.593

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação das contas a receber em aberto, considerando análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não há saldos de contas a receber de clientes cedidos em garantia. A seguir demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

2024

2023

Saldo no início do exercício

5.015

4.870

Valores recuperados durante o exercício

–

(687)

Adições de novas provisões

3.495

832

Redução no fim do exercício

8.510

5.015

7. Estoques – consolidado

2024

2023

Produtos acabados

10.050

11.110

Produtos semiacabados

258.566

219.220

Produtos intermediários

189.186

164.415

Matérias-primas

282.980

251.450

Produtos em processo

46.279

42.998

Estoque em poder de terceiros

9.819

15.858

Outros materiais diversos

36.547

33.512

(+) Provisão para perda na realização de estoques

(9.905)

(14.496)

Total

823.522

724.113

A provisão para perda na realização de estoques faz a identificação dos itens que estão sem movimentação a mais de 360 dias em função do tempo, do avanço tecnológico ou de outros fatores tenham se deteriorado e eles são reportados às áreas responsáveis para que seja realizado uma análise dos casos a fim de buscar uma ação para os casos identificados. 8. Imobilizado – consolidado

2024

2023

Terrenos

1.352

1.352

Edifícios e construções

6.779

7.200

Máquinas e equipamentos

568.741

454.468

Veículos

60.122

47.480

Instalações industriais

45.876

39.028

Ferramentas e utensílios

34.841

29.541

Móveis e utensílios administrativos e industriais

11.335

9.962

Equipamentos de informática

4.685

14.451

Benefitórias em propriedade de terceiros

218.720

121.897

Imobilizado em andamento

230.292

189.099

Total

1.183.743

904.478

Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i)

20.511

18.503

Máquinas e equipamentos

4.243

5.149

Veículos

733

856

Ferramentas e utensílios

–

2

Móveis e utensílios

2.460

2.845

Sistemas e equipamentos de informática

27.947

27.355

Total

1.211.690

931.833

(i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICP 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue:

2023

Adições

Baixa

ferência

2024

Terrenos

1.352

–

–

1,352

Edifícios e construções

10.489

–

–

10,489

Máquinas e equipamentos

748.310

63.976

(20.341)

116.877

Veículos

99.577

29.241

(5.548)

94,123

Instalações industriais

63.670

3.143

(2.303)

6,070

Ferramentas e utensílios

63.620

7.190

(4.113)

4,958

Móveis e utensílios administrativos e industriais

25.822

1.826

(7.745)

1,150

Sistemas e equipamentos de informática

18.917

1.725

(2.716)

4,179

Benefitórias em propriedade de terceiros

150.332

–

–

105,445

Imobilizado em andamento

189.099

276.066

(211)

(234.662)

Total

1.371.188

383.167

(42.977)

(64)

Transfereências

2023

Adições

Baixa

ferência

2023

Terrenos

1,352

–

–

–

Edifícios e construções

10,489

–

–

–

Máquinas e equipamentos

594.820

66.757

(4.586)

91,319

Veículos

84.608

20.011

(5.366)

824

Instalações industriais

44.123

5.146

(464)

14,865

Ferramentas e utensílios

51.894

6.935

(738)

5,259

Móveis e utensílios administrativos e industriais

22.794

2.167

(393)

1,524

Sistemas e equipamentos de informática

15.029

3.976

(115)

27,132

Benefitórias em propriedade de terceiros

79.316

135

–

70,881

Imobilizado em andamento

160.090

213.247

–

(184,238)

Total

1,064.515

318.374

(11.662)

(39)

A movimentação da depreciação é como segue:

2023

Adições

Baixas

Transfereências

2024

Edifícios e construções

4

(3.289)

(421)

–

Máquinas e equipamentos

10

(275.339)

(58.502)

14.859

Veículos

20

(46.948)

(15.956)

3.905

Instalações industriais

10

(24.642)

(2.793)

2.525

Ferramentas e utensílios

10

(33.223)

(6.778)

3.254

Móveis e utensílios administrativos e industriais

10

(15.858)

(1.509)

7.537

Sistemas e equipamentos de informática

20

(11.621)

(1.872)

2.707

Benefitórias em propriedade de terceiros

4

(28.435)

(7.622)

–

Total

(439.355)

(95.453)

35.184

(499.624)

Taxa de depreciação % (a.a.)

2023

Adições

Baixas

Transfereências

2023

Edifícios e construções

4

(2.868)

(421)

–

Máquinas e equipamentos

10

(233.356)

(45.305)

3.336

Veículos

20

(40.083)

(11.663)

4.798

Instalações industriais

10

(22.993)

(2.133)

464

Ferramentas e utensílios

10

(28.670)

(5.226)

659

Móveis e utensílios administrativos e industriais

10

(14.879)

(1.350)

391

Sistemas e equipamentos de informática

20

(9.938)

(1.797)

114

Benefitórias em propriedade de terceiros

4

(25.135)

(3.907)

–

Total

(377.922)

(71.195)

9.762

(439.355)

Imobilizado líquido – 2023

931.833

Imobilizado líquido – 2024

1.211.690

As imobilizações em andamento correspondem adiantamento à fornecedores referentes a compra de máquinas, benefitórias em andamento, entre outros, substancialmente relacionados com a construção da nova área de fundição. As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3. d) Em 2024 em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso. 9. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos – consolidado – a) Ativo de direito de uso:

2024

2023

Ativo de Direito de Uso – Terceiros:

Edifícios

3.658

5.296

Equipamentos

–

15

Total

3.658

5.311

Ativo de Direito de Uso – Partes relacionadas:

Edifícios

70.632

84.506

Total

70.632

84.506

A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue:

2023

Adições

Baixa

Remensuração

2024

Edifícios

207.326

24.102

(1.083)

–

Equipamentos

589

–

–

–

Total

207.915

24.102

(1.083)

–

2023

Adições

Baixa

Remensuração

2023

Edifícios

196.259

8.876

(5.594)

7.785

Equipamentos

583

–

–

6

Total

196.842

8.876

(5.594)

7.791

A movimentação da depreciação é como segue:

Taxa de depreciação % (a.a.)

2023

Adições

Baixas

2024

Edifícios

10,53 a 41,38%

(117.524)

(51.178)

742

Equipamentos

28,57%

(574)

(15)

(589)

Total

(118.098)

(51.193)

742

continua

... continuação

Edifícios	10,53 a 41,38%	(78.836)	(42.274)	3.586	(117.524)
Equipamentos	28,57%	(418)	(156)	-	(574)
Total		(79.254)	(42.430)	3.586	(118.098)
Arrendamento líquido 2023					89.817
Arrendamento líquido 2024					74.290

As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Em 01 de outubro de 2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31 de dezembro de 2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data início desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%. b) Passivo de arrendamento (direito de uso): Valor contábil líquido ao fim do exercício:

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2024	2023
Arrendamento em moeda nacional	10,00% a 15,74%	11/2029	88.392	105.766
			88.392	105.766
Circulante			52.426	48.842
Não circulante			35.966	56.924
			88.392	105.766

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2024	2023
2025	-	-
2026	16.932	43.355
2027	8.693	9.801
2028 e após	10.341	3.768
	35.966	56.924

Refere-se, substancialmente, a operações de arrendamento conforme o CPC 06 (R2) com a finalidade de aluguéis de edificações, terrenos e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31 de dezembro de 2024, o custo do ativo de direito de uso, líquido de depreciação, referente às operações de "aluguéis" é de R\$ 74.290 (2023 – R\$89.817). A movimentação dos arrendamentos é como a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	105.766	132.224
Novos arrendamentos	24.096	8.876
Baixas	(384)	(2.185)
Remensuração	11.910	7.791
Apropriação dos juros	10.815	13.240
Parcelas de arrendamento pagas	(63.811)	(54.180)
Saldo final	88.392	105.766

10. Impostos a recuperar – consolidado	– O saldo é composto como segue:				
	2024	2023			
IRPJ e CSLL – antecipações	988	16			
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	16.151	20.027			
ICMS	39.479	37.351			
PIS/COFINS (a)	1.080	894			
Outros	5.147	7.991			
	62.845	66.279			
Circulante	40.623	50.362			
Não circulante	22.222	15.917			
	62.845	66.279			

Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP), os quais são utilizados na proporção de 1/48 avos, e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, dentre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente, com expectativa de realização em 2025. 11. Imposto de renda e contribuição social – consolidado – (a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	471.210	468.188	695.094	651.928	
Alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes	34%	34%	34%	34%	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(160.211)	(159.184)	(236.308)	(221.632)	
Ajuste para refletir a alíquota efetiva:					
Doações, brindes, multas indedutíveis e PDD	-	-	(5.222)	(3.803)	
Equivalência patrimonial	160.234	159.207	-	-	
Incentivos fiscais do ICMS	-	-	-	23.298	
Incentivos fiscais de doações	-	-	9.042	7.500	
PAT	-	-	3.790	3.430	
Incentivo fiscal – pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) – Lei do Bem	-	-	6.233	7.339	
Outros	(23)	(23)	(1.355)	196	
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	(223.820)	(183.672)	
Composição do crédito (da despesa) no resultado	-	-	(201.891)	(181.304)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(21.929)	(2.368)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(223.820)	(183.672)	
Alíquota efetiva	-	-	32,20%	28,17%	
(b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:					
	2024	2023			
Imposto de renda diferido sobre					
Ativo:					
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.852	2.146			
Provisão para garantia	6.933	5.924			
Provisão para participação nos resultados	1.631	1.413			
Provisão para comissões s/ vendas	1.667	1.338			
Provisão para perdas de créditos esperadas	2.127	1.254			
Provisão para perda de estoque	2.476	3.624			
Provisão para ajustes a valor presente – clientes	2.561	-			
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	-	1.231			
Ajuste CPC 04 – Software	206	201			
Ativo de direito de uso	-	165			
	19.453	17.296			
Passivo:					
Despesas com "leasing"	(5.131)	(5.637)			
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(12.467)	(9.681)			
Ativo de direito de uso	(691)	-			
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	(15.310)	-			
	(33.599)	(15.318)			
	2024	2023			
Contribuição social diferido sobre					
Ativo:					
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	667	773			
Provisão para garantia	2.496	2.132			
Provisão para participação nos resultados	587	509			
Provisão para comissões s/ vendas	600	482			
Provisão para perdas de créditos esperadas	766	451			
Provisão para perda de estoque	891	1.305			
Provisão para ajustes a valor presente – clientes	922	-			
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	-	443			
Ajuste CPC 04 – Software	74	72			
Ativo de direito de uso	-	59			
	7.003	6.226			
	2024	2023			
Passivo:					
"Leasing"	(1.847)	(2.029)			
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(4.488)	(3.485)			
Ativo de direito de uso	(249)	-			
Diferença de instrumentos financeiros derivativos	(5.512)	-			
	(12.096)	(5.514)			
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	26.456	23.522			
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(45.695)	(20.832)			
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(19.239)	2.690			
A movimentação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:					
Saldo em 31 de dezembro de 2022 – passivo fiscal diferido	5.058				
Movimentação em 2023	(2.368)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023 – passivo fiscal diferido	2.690				
Movimentação em 2023	(21.929)				
Saldo em 31 de dezembro de 2024 – passivo fiscal diferido	(19.239)				
A controlada Facchini S.A., com base nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporariamente dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado periodicamente pela Companhia. 12. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia controlava outra sociedade cujo contexto operacional é resumido a seguir:					
• Facchini S.A. (participação de 100% no capital social): sediada na cidade de Guarulhos-SP. Tem como objetivo principal a fabricação de carrocerias, cabines e rebocos para caminhões. As principais informações financeiras e outras na controlada Facchini S.A., em 31 de dezembro					

de 2024 e 2023, são as seguintes:

Quantidade de ações	Participação social (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício					
2024	2023	2024	2023	2024	2023				
2.192.600	2.192.600	100	100	1.068.522	1.000.000	2.227.662	1.887.098	471.273	468.257

Movimentação do investimento na referida controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial é o seguinte:

Controlada	2023	Equivalência patrimonial	Dividendos aprovados	Outros	2024
Facchini S.A.	1.887.098	471.273	(130.709)	-	2.227.662

Controlada	2022	Equivalência patrimonial	Dividendos aprovados	Outros	2023
Facchini S.A.	1.422.701	468.257	(3.860)	-	1.887.098

13. Empréstimos e financiamentos – consolidado

Tipo	Indexador	Juros a.a. (%)	Taxa de Juros	Vencimento final	2024	2023
Imobilizado em moeda nacional (a)	TJLP	2,50 a 16,10%	12/2029	59.153	49.136	
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US\$	3,39 a 4,50%	01/2024	-	551	
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 17,15%	12/2029	486.675	380.576	
				545.828	430.263	
Circulante				118.633	78.370	
Não circulante				427.195	351.893	
				545.828	430.263	

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2024	2023
2025	-	101.866
2026	150.881	100.555
2027	127.864	78.487
2028	102.306	70.985
2029 e após	46.144	-
	427.195	351.893

Resumo das características dos empréstimos: a) Ativo imobilizado em moeda nacional: Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses. b) Ativo imobilizado em moeda estrangeira: Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo custo amortizado, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. O vencimento final é previsto para 01/2024. c) Capital de giro e outros: Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora Facchini Participações S.A., não há notas promissórias e cartas fiança. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	430.263	398.396
Apropriação de juros e variações	62.307	59.207
Novos empréstimos	258.063	187.746
Pagamento de juros	(62.300)	(59.436)
Pagamento de principal	(142.550)	(155.650)
Saldo final	545.828	430.263

14. Arrendamento mercantil – consolidado – Valor contábil líquido ao fim do exercício:

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2024	2023
"Leasing" em moeda nacional	7,10 a 16,00%	12/2028	9.670	8.386
			9.670	8.386
Circulante			3.550	4.725
Não circulante			6.120	3.661
			9.670	8.386

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2024	2023
2025	-	1.857
2026	2.621	1.018
2027	1.987	786
2028 e após	1.512	-
	6.120	3.661

Refere-se, substancialmente, a operações de "leasing" mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31 de dezembro de 2024, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 8, referente às operações de "leasing" financeiro é de R\$27.947 (R\$27.355 em 2023). A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	8.386	13.288
Apropriação de juros e variações	880	1.738
Novos leasings	5.873	4.048
Pagamento de juros	(880)	(1.738)
Pagamento de principal	(4.589)	(8.950)
Saldo final	9.670	8.386

15. Transações com partes relacionadas – a) Controladora: Saldos

Ativo circulante:	2024	2023
Facchini S.A. (dividendos a receber)	156.590	45.141
Passivo circulante (dividendos a pagar)		
M&M Santos Participações S.A.	51.741	14.765
TAXPAR Administração e Holdings Ltda.	37.728	2.040
MRTM Participações Ltda	9.010	1.167
RM Facchini Participações Ltda	9.010	1.167
Outros acionistas Pessoas Físicas	48.486	25.311
	155.975	44.450

b) Consolidado: Saldos

Passivos	2024	2023
Circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (i):		
RER Participações S.A.	30.318	31.002
Unibens Participações S.A.	13.640	3.281
Kid Participações S.A.	1.736	1.509
RKBens Participações S.A.	3.782	8.675
NR Participações S.A.	1.097	1.376
	50.573	45.843
Não circulante (Arrendamento Operacional a Pagar) (i):		
RER Participações S.A.	6.120	32.486
Unibens Participações S.A.	2.687	5.769
Kid Participações S.A.	347	1.765
RKBens Participações S.A.	18.470	13.999
NR Participações S.A.	5.907	-
	33.571	54.019
Total não circulante	33.571	54.019
c) Transações		
Despesas:	2024	2023
Aluguéis à RER Participações S.A.	38.148	33.561
Aluguéis à Unibens Participações S.A.	4.619	3.353
Aluguéis à RKBens Participações S.A.	14.732	10.178
Aluguéis à Kid Participações S.A.	2.124	1.780
Aluguéis à NR Participações S.A.	1.806	1.577
	61.229	50.449
(i) Nota explicativa 2.3.e. – Arrendamentos		

16. Parcelamento de tributos – consolidado

Parcelamento Ordinário – ICMS SP (a)	2024	2023
Parcelamento Ordinário – RFB (b)	941	3.211
	1.731	-
	941	4.942
Circulante	941	4.070
Não circulante	-	872
	941	4.942

(a) Parcelamento Ordinário – ICMS SP: No ano de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário do Estado de São Paulo visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos ao ICMS dos meses de março e abril de 2020 devido as incertezas causadas pela COVID-19. Consoante referido programa, foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2025 e saldo atualizado pela SELIC. (b) Parcelamento Ordinário – RFB: Em janeiro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário da Secretaria da Receita Federal do Brasil visando regularizar passivos tributários relativos à IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2024 e saldo atualizado pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o parcelamento classificado como não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2024	2023
2024	-	872
2025	-	872

17. Faturamento antecipado – consolidado – A controlada Facchini S.A. emite notas fiscais que representam vendas para entrega futura, em função de negociações comerciais necessárias para obtenção de financiamentos para aquisição de implementos rodoviários pelos clientes. O reconhecimento da receita e dos débitos de ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre estas vendas ocorre por ocasião da transferência da titularidade e da posse do produto aos clientes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de faturamento antecipado correspondem a R\$ 119.393 e R\$106.724, respectivamente. 18. Antecipação de clientes – consolidado – Os saldos das antecipações de clientes (R\$38.504 em 2024 e

RS46.233 em 2023) referem-se ao sinal recebido para o início da fabricação de determinados produtos comercializados e não estão sujeitos a atualizações monetárias ou encargos financeiros. 19. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis – consolidado – A Controlada possui processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza fiscal, trabalhista e cível. Para esses processos foram apresentadas defesas administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. a) Perdas prováveis: A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2024, provisões para fazer face aos processos considerados prováveis de perda. Os saldos destas provisões são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Risco trabalhista	4.699	4.546
Risco cível	2.710	4.038
Total	7.409	8.584

A movimentação do saldo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	2023	Adições	Baixas / reversões	2024
Risco trabalhista	4.546	3.114	(2.961)	4.699
Risco cível	4.038	72	(1.400)	2.710
Total	8.584	3.186	(4.361)	7.409

Não há depósitos judiciais diretamente vinculados aos processos em andamento. b) Perdas possíveis: A Controlada possui ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores legais como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2024	2023
Risco trabalhista	1.814	1.469
Risco cível	6.472	6.426
Total	8.286	7.894

O risco cível refere-se, substancialmente, a processos por danos morais, dentre outros. O risco trabalhista refere-se, substancialmente, a pleitos de indenizações diversas movidos por ex-funcionários. c) Ativo contingente: A Controlada é autora em diversas ações judiciais, no âmbito federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: (i) Pagamento da contribuição ao Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT na alíquota de 2%, bem como a devolução dos valores já recolhidos indevidamente. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes de processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos. 20. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.290.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Aumento: Em 26 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$58.522, sendo referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais". Em 25 de abril de 2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$250.000, sendo R\$50.217 referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais" e R\$199.783 referente a parte da conta "Reserva de retenção de lucros". c) Reserva legal: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais: O art. 30 da Lei nº 12.973/2014, que tratava sobre a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais e proibia sua distribuição aos sócios foi revogado pela Lei 14.789/2023. Prevalece agora somente o art. 195-A da Lei 6.404/76, que trás que: "a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei)". Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou para a reserva de incentivo o montante de R\$17.146 (2023 – R\$68.522), dos quais R\$12.092 (2023 – R\$13.637) correspondem aos incentivos fiscais de seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", RS728 (2023 – R\$1.395) no Estado de Mato Grosso (MT), "PRODEIC" – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, R\$2.141 (2023- R\$2.377) no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve" até no mês de junho e partir de julho o "Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia – PROIND, R\$1.246 (R\$1.120) no Estado de Pernambuco – "PROIND", e R\$49.993, em 2023, são as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. O valor R\$939 corresponde aos incentivos fiscais nos Estados da Bahia e Ceara – "SUDENE", são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "lucro da exploração". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.40

continuação

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Receita com aplicações financeiras	–	–	115.805	118.481
Juros (i)	4	3	432	474
Descontos obtidos	–	–	10.543	4.516
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	84.196	4.516
	4	3	210.976	123.471
Despesas financeiras:				
Juros	–	–	(74.275)	(75.151)
Descontos concedidos	–	–	(692)	(1.084)
Despesas bancárias	–	(1)	(2.603)	(2.211)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(243)	(4.925)
Outras despesas	–	–	(22.955)	(150)
	–	(1)	(100.768)	(83.521)
Variação monetária e cambial, líquida	–	–	9.842	(2.172)
Total	4	2	120.505	37.778

25. Compromissos futuros – consolidado

– A Controlada possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – “Arrendamentos” em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro – “leasing”, mas também os arrendamentos sem opção de compra – “aluguéis” se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9.

26. Gestão de risco financeiro

– a) **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. **Fatores de risco:** Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: **Risco de crédito:** riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advença da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos devidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. **Risco de taxa de câmbio:** possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro 2023 e 2022, é como segue:

	Moeda	2024	2023
Taxa do dólar norte-americano		6,1923	4,8413

Ativo:

Contas a receber de clientes	USD	11.401	4.188
Adiantamento de contrato de importação	USD	11.918	11.271
Ativo exposto		23.319	15.459

Passivo:

Fornecedores no exterior	USD	(17.449)	(23.160)
Adiantamento de contrato de exportação	USD	(1.392)	(2.625)
Finame em moeda estrangeira	USD	–	(551)
Passivo exposto		(18.841)	(26.336)
Passivo exposto, líquido		4.478	(10.877)

Facchini Participações S.A.

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. **Risco de liquidez:** é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Exposição ao risco de liquidez:** Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	386.021	386.021	–	–	–
Arrendamento mercantil	9.670	3.550	2.621	3.499	–
Empréstimos e financiamentos	545.828	118.633	150.881	276.314	–
Arrendamento a pagar	88.392	52.426	16.932	19.034	–
Outras contas a pagar	37.123	37.123	–	–	–
	1.067.034	597.753	170.434	298.847	–

2023

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	453.109	453.109	–	–	–
Arrendamento mercantil	8.386	4.725	1.857	1.804	–
Empréstimos e financiamentos	430.263	78.370	101.866	231.391	18.636
Arrendamento a pagar	105.766	48.842	43.355	13.569	–
Outras contas a pagar	32.819	32.066	753	–	–
	1.030.343	617.112	147.831	246.764	18.636

b) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Gestão de capital	1.355.194	1.303.315
Total do passivo (excluindo dividendos)	(1.169.193)	(1.101.813)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	186.001	201.502
(-) Dívida líquido (a)	2.228.320	1.887.827
Total do patrimônio líquido (b)	0,08	0,11

c) **Estimativa do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de

valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1:** preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nível 1).
- d) **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.169.193	1.101.813
Contas a receber de clientes	302.078	288.578
Outros ativos	39.450	30.396
Total	1.510.721	1.420.786
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (i)		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:	–	4.925
Fornecedores	386.021	453.109
Arrendamento mercantil	9.670	8.386
Arrendamento operacional a pagar	88.392	105.766
Empréstimos e financiamentos	545.828	430.263
Outros passivos	37.123	32.818
	1.067.034	1.030.342

(i) Está representado por contratos de Swap de taxa de juros (IPCA vs CDI), junto a determinadas instituições financeiras no Brasil, possuindo valor Nacional de BRL 385.544, com vencimentos em agosto de 2029. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

27. Seguros – consolidado

– A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

	Bens seguros	Riscos cobertos	Moeda	2024	2023
– Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, imolação	RS	2.000	2.000	
– Prédios locados (Mirassol/ SP)	Incêndio, raio, explosão, imolação	RS	3.700	3.700	
– Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	RS	200	200	
– Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	RS	500	500	
– Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	US\$	50.000	50.000	
– Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	RS	8.000	8.000	

28. Benefícios a empregados – consolidado

– A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	2024	2023
Participação nos lucros e resultados (*)	16.143	12.531
Cartão-alimentação	66.247	47.099
Assistência médica e odontológica	7.060	5.257
Total	89.450	64.887

(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas “Custo dos produtos e serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

29. Remuneração dos administradores

– A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$10.215. (R\$8.940 em 2023). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente

Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Facchini Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 4 de abril de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC SP 027.623/F

Alexandre Fermino Alvares Contador CRC SP 211.793/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06

Mensagem da Administração

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Este ano representou um período de desafios superados e conquistas significativas, permeado por um ambiente econômico em transformação e pela recuperação gradual do setor de infraestrutura e construção civil pesada no Brasil. Mas apesar das adversidades enfrentadas, a adaptação da Cetenco às novas dinâmicas do mercado demonstra resiliência, perseverança e adaptabilidade da Companhia. A receita líquida alcançou R\$ 244,9 milhões, um aumento de 24% em relação ao ano anterior, enquanto o lucro operacional bruto foi de R\$ 56 milhões, correspondendo a uma margem operacional de 22,9%. Destacamos que o aumento das despesas gerais e administrativas foi proporcionalmente inferior ao crescimento da receita e do lucro operacional, evidenciando nossa busca contínua por eficiência e gestão. Os investimentos em inovação e automação dos projetos começaram a gerar resultados concretos, otimizando processos e ampliando nossa competitividade. Seguiremos investindo no desenvolvimento de nossos colaboradores, na modernização de nossas operações e na excelência na entrega dos projetos. Reafirmamos nosso compromisso com o crescimento sustentável e a criação de valor para nossos acionistas e todos os demais stakeholders.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)													
Ativo		Nota	Controladora	Consolidado									
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024								
Circulante													
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)		26.854	32.557	28.539								
Contas a Receber	(4)		102.207	48.154	103.315								
Partes Relacionadas	(5)		53.416	18.415	46.986								
Outros Ativos Circulantes	(6)		48.236	58.678	49.421								
			230.713	157.804	228.261								
Não Circulante													
Empréstimos à Associadas	(5)		5.599	4.577	5.599								
Contas a Receber	(4)		324.371	324.377	324.371								
Depósitos Judiciais			2.270	2.193	2.270								
Imobilizado	(8)		3.375	3.860	6.211								
Intangível			383.413	383.427	383.413								
Investimentos	(7.1)		7.133	16.900	7.332								
			726.161	735.334	729.196								
			956.874	893.138	957.457								
Total do Ativo													
		Nota	Controladora		Consolidado								
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023								
Passivo													
Empréstimos e Financiamentos	(9)		16.283	14.591	16.283								
Fornecedores			64.375	47.929	68.450								
Impostos, Taxas e Contribuições			12.310	12.935	12.533								
Salários e Encargos a Recolher			17.414	12.877	17.477								
IRPJ e CSLL			142	358	142								
Provisão de Férias e Encargos			4.282	3.586	4.322								
			114.806	92.276	119.207								
Não Circulante													
Parcelamentos			13.491	12.444	13.542								
Contas a pagar			990	808	990								
Aluguéis a Pagar			2.445	1.539	2.445								
Empréstimos e Financiamentos	(9)		93.410	70.506	93.805								
Empréstimos à Associadas			-	-	7.822								
IRPJ e CSLL Diferidos	(10)		40.815	40.815	40.815								
Provisão p/ Perda Investimentos	(7)		4.263	4.392	-								
Provisões para Demandas Judiciais	(12)		5.801	10.565	5.801								
			161.215	141.069	165.219								
Patrimônio Líquido													
Capital Realizado	(11)		182.116	182.116	182.116								
Ajuste de Avaliação Patrimonial			383.397	383.397	383.397								
Reserva de Capital			37.444	105.463	37.444								
Reserva Legal			1.203	30.400	1.203								
Reserva de Lucros			1.985	96.841	1.985								
Reserva de Lucros a Realizar			74.708	74.708	74.708								
Prejuízos Acumulados			-	(213.132)	-								
			680.853	659.793	680.853								
Participação dos Não Controladores			-	-	(7.822)								
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			956.874	893.138	957.457								
			894.462										
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras													
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais)													
1. Contexto Operacional – A Cetenco Engenharia S.A. ("Companhia" ou "CETENCO"), é uma Sociedade Anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Maria Paula, 36, 8º andar, São Paulo, capital. Sua acionista controladora é a Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, CNPJ/MF: 43.382.027/0001-07. A Companhia atua no Brasil e no exterior na prestação de serviços de engenharia e de construção civil pesada, abrangendo obras para produção, utilização e distribuição de energia elétrica, além de obras hidráulicas, eletromecânicas e viárias, por empreitada ou administração. Também realiza construção, incorporação, administração, compra e venda de imóveis, locação em geral, podendo, inclusive, sempre que do interesse social, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras Companhias. Ao longo de sua trajetória, a Cetenco destacou-se pelo uso de técnicas avançadas de construção, aliando inovação à responsabilidade social e ambiental. Seu portfólio inclui obras de saneamento, barragens, eclusas, usinas hidrelétricas, mobilidade urbana, metrô, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, além de edificações industriais e comerciais. A expertise da empresa é respaldada por atestados técnicos robustos que demonstram sua capacidade na execução de projetos complexos de infraestrutura e construção civil pesada. 2. Base de Elaboração e Práticas Contábeis adotadas na Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração e pela diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, sendo sua moeda funcional o real (R\$), com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos, que estão mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de março de 2025. Participação em Consórcios: A Companhia participa do desenvolvimento de obras e projetos em conjunto com outros parceiros de negócio através da formação de Consórcios. O objeto e o prazo de duração dos consórcios são determinados e coincidem com o término de todas as obrigações assumidas. Os ativos, passivos e resultados decorrentes da participação em consórcios são reconhecidos linha a linha, respeitando os percentuais de participação da Companhia e, quando aplicável, as devidas eliminações inter-company. As práticas contábeis dos consórcios estão em conformidade com as adotadas pela Companhia. 2.1. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, conforme Nota Explicativa nº 3. 2.2. Contas a Receber: 2.2.1 – Circulante – São relacionados ao contas a receber de contratos de longo prazo de prestação de serviços de construção civil. Os resultados são reconhecidos à medida em que os serviços vão sendo executados e o direito ao recebimento se torna líquido e certo. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo seu valor justo, mensuradas ao custo amortizado, deduzido, quando aplicável, de eventual perda estimada para créditos de difícil realização (impairment). (Nota 4): 2.2.2 – Não Circulante – Os valores apresentados no contas a receber não circulante são representados por ações transitadas em julgamento contra entidades públicas estatais, por precatórios devidamente inscritos, e outras execuções judiciais da Companhia, garantido seu direito e a certeza do recebimento. (Nota 4) 2.3. Outros Ativos Circulantes: Referem-se, basicamente, a todos os demais créditos que a sociedade possui junto as obras, tais como aportes de recursos, adiantamentos a terceiros, estoque, inventário, despesas antecipadas, impostos a recuperar, dentre outros. Os saldos estão apresentados na (Nota 6) 2.4. Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável													
8. Imobilizado – É representado por:													
			Máquinas e Equipamentos – Construção		Ferramentas Aparentes e Apetrechos	Móveis e Instalações	Máquinas e Equipamentos de Escritório	Máquinas e Equipamentos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Total do Imobilizado	
			Imóveis				Utensílios						
Saldo em 31 de dezembro de 2022			44	2.316	76	139	44	108	14	70	31	2.300	5.145
Custo total			68	32.501	294	7.903	529	195	109	1.249	128	3.591	46.890
Depreciação acumulada			(24)	(30.185)	(218)	(7.764)	(485)	(87)	(95)	(1.179)	(97)	(1.291)	(41.745)
Valor Residual			44	2.316	76	139	44	108	14	70	31	2.300	5.145
Aquisição			-	253	91	-	81	379	18	43	-	93	989
Baixa Custo			-	(2.070)	-	-	(4)	-	-	-	-	(929)	(3.004)
Transferência			-	(26)	20	-	-	6	1	(1)	-	-	-
Baixa Depreciação			-	2.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação			-	(1.137)	(16)	(71)	(23)	(41)	(6)	(29)	(4)	(216)	(1.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2023			44	1.354	171	68	102	452	27	83	27	1.501	3.860
Custo total			68	30.658	405	7.903	606	580	128	1.291	128	2.755	44.875
Depreciação acumulada			(24)	(29.304)	(234)	(7.835)	(504)	(128)	(101)	(1.208)	(101)	(1.254)	(41.015)
Valor Residual			44	1.354	171	68	102	452	27	83	27	1.501	3.860
Aquisição			-	144	-	1	393	35	-	432	-	266	1.312
Baixa Custo			-	(25.674)	(17)	(6.399)	(1)	-	(23)	-	(895)	(33.023)	-
Transferência			-	99	419	(195)	(23)	-	(430)	-	-	-	-
Baixa Depreciação			-	25.432	-	6.455	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação			-	(806)	(84)	(47)	(21)	(119)	(4)	(33)	(7)	(42)	(911)
Saldo em 31 de dezembro de 2024			44	806	507	275	92	451	25	95	25	1.033	3.375
Custo total			68	5.227	808	1.702	617	698	130	1.320	128	2.126	13.164
Depreciação acumulada			(24)	(4.421)	(301)	(1.427)	(525)	(247)	(105)	(1.225)	(106)	(1.093)	(9.789)
Valor Residual			44	806	507	275	92	451	25	95	25	1.033	3.375

inovação e automação dos projetos começaram a gerar resultados concretos, otimizando processos e ampliando nossa competitividade. Seguiremos investindo no desenvolvimento de nossos colaboradores, na modernização de nossas operações e na excelência na entrega dos projetos. Reafirmamos nosso compromisso com o crescimento sustentável e a criação de valor para nossos acionistas e todos os demais stakeholders.

A Diretoria

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)												
			Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total		
			155.035	383.397	105.464	30.400	74.708	96.840	(223.246)	622.598		
Saldo em 31 de dezembro de 2022			27.081	-	-	-	-	-	-	27.081		
Aumento de Capital			-	-	-	-	-	-	10.114	10.114		
Resultado do Exercício			-	-	-	-	-	-	(213.132)	659.793		
Saldo em 31 de dezembro de 2023			182.116	383.397	105.464	30.400	74.708	96.840	(213.132)	659.793		
Resultado do Exercício			-	-	-	-	-	-	24.060	24.060		
Transferência Saldo			-	-	(85.892)	(30.400)	-	(96.840)	213.132	-		
Distribuição do Resultado			-	-	17.872	1.203	-	(19.075)	(3.000)	(3.000)		
Distribuição de Dividendos			-	-	-	-	-	(3.000)	-	(3.000)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024			182.116	383.397	37.444	1.203	74.708	1.985	-	680.853		
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras												
Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em Milhares de Reais)						
		Nota	2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
			13									
Receita Operacional Líquida		(13)	244.984	197.551	244.984	197.551	Fluxos de Caixa Originados de:					
Custo Operacional			(188.779)	(160.551)	(188.779)	(160.551)	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contrib. Social		24.060	10.114	23.491	7.478
Lucro Bruto			56.205	37.000	56.205	37.000	Ajustes de Reconciliação					
Receitas (Despesas) Operacionais							Depreciação e Amortização		1.008	1.635	1.008	1.636
Despesas com Pessoal		(9.564)	(9.315)	(10.136)	(9.640)		Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado		758	758	758	758
Despesas Administrativas		(4.359)	(3.234)	(4.779)	(5.587)		Redução (Aumento) em investimentos		9.767	(16.900)	9.767	(16.022)
Serv. Terceiros P. Jurídica		(16.598)	(9.844)	(17.891)	(10.496)		Resultado de Equivalência Patrimonial		921	1.622	-	-
Impostos e Taxas		(1.622)	(1.303)	(1.688)	(1.377)		Redução(Aumento) nas Contas a Receber		(78.682)	(56.915)	(77.920)	(54.986)
Despesas Recurs. Operacionais		24.154	18.811	24.805	19.799		Aumento(Redução) nos Fornecedores		17.534	(15.288)	16.805	(15.284)
Depreciação e Amortização		(99)	(141)	(101)	(141)		Aumento (Redução) dos Salários a Pagar		4.537	5.479	4.388	5.592
Resultado de Equivalência Patrimonial			(921)	(1.622)	-	(9.262)	Impostos a Recolher		(626)	4.183	(467)	3.703
			(9.009)	(6.648)	(9.790)	(9.262)	Aumento (Redução) parcelamento L. Prazo		1.047	933	860	1.112
			(18.589)	(20.238)	(18.377)	(20.260)	Aumento(Redução) nas Contas a Pagar e Provisões		(4.068)	(650)	(4.063)	(3.347)
Resultado Financeiro							Fluxos de Caixa Originados de:		(23.744)	(65.029)	(25.373)	(69.360)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			28.607	10.114	28.038	7.478	Atividades Operacionais					
CSLL/IRPJ Corrente		(10)	(4.547)	-	(4.547)	-	Fluxo de Caixa Originados de:					
Lucro Líquido do Exercício			24.060	10.114	23.491	7.478	Empréstimos Pagos/Efetuações		(62.793)	(31.756)	(66.643)	(27.730)
Lucro por Ação			0,03	0,01	0,04	0,01	Empréstimos e Financiamentos		66.062	35.302	66.062	35.302
							Encargos sobre financiamento		20.306	15.582	20.306	15.582
							Tomados/Recebidos		23.575	19.128	19.725	23.154
							Fluxo de Caixa Originados de:					
							Aquisições de Ativo Imobilizado		(1.268)	(1.015)	(1.276)	(1.151)
							Aumento de Capital Social		-	27.081	-	27.081
							Recebimento por Venda Ativo Imobilizado		135	-	135	-
							Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital IRPJ e CSLL compensados com retenções na fonte		(4.401)	-	(4.401)	-
							Fluxos de Caixa Originados de:		(5.534)	26.066	(42)	25.930
							Investimentos em Imobilizado		(5.703)	(19.835)	(5.690)	(20.276)
							Fluxos de Caixa Originados de:					
							Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)		32.557	52.392	34.229	54.505
							Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)		26.854	32.557	28.539	34.229
							Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.703)	(19.835)	(5.690)	(20.276)
As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras												

Partes relacionadas:

	Controladora	2024		2023	Consolidado	2024		2023
Não Circulante								
Planoar Participações Ltda.		354	159	354	159			
Porto São Bento Ltda.		926	347	926	347			
Construtora Centenário S.A.		4.319	4.071	4.319	4.071			
Total		5.599	4.577	5.599	4.577			

Os saldos entre pessoas jurídicas vinculadas referem-se às operações de fornecimento de bens e serviços, aportes e retiradas de consórcios e operações de mútuo sem incidência de encargos financeiros.

6. Outros Ativos Circulantes

	Controladora	2024		2023	Consolidado	2024		2023
Precatórios		25.351	41.007	25.351	41.007			
Despesas Antecipadas		10.469	7.779	10.469	7.779			
Diversos		182	164	221	164			
Estoque		6.338	4.193	6.338	4.193			
Impostos a Recuperar		5.896	5.533	7.042	6.405			
Totais		48.236	58.678	49.421	59.548			

7. Investimentos – Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

		Coligada/Controlada				Resultado das Participações	
		% de Participação	Patrimônio Líquido		Investimentos	Participações	
		2024	2023				

continuação

Cetenco Engenharia S.A.														
	Consolidado													
	Imóveis	Máquinas e Equipatos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veículos	Móveis e Utensílios	Instalações Móveis	Máquinas e Equipatos de Escritório	Máquinas e Equipatos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.250	3.321	76	142	68	108	14	73	2	–	31	2.300	455	7.840
Custo total	26.440	45.082	294	8.081	783	195	109	1.254	148	146	128	3.591	86.706	
Depreciação acumulada	(25.190)	(41.761)	(218)	(7.939)	(715)	(87)	(95)	(1.181)	(146)	(146)	(97)	(1.291)	–	(78.866)
Valor Residual	1.250	3.321	76	142	68	108	14	73	2	–	31	2.300	455	7.840
Aquisição	–	256	91	–	81	379	18	44	31	–	–	93	130	1.123
Transferência	350	(26)	20	–	–	6	1	(1)	–	–	–	–	(350)	–
Baixa Custo	–	(2.070)	–	–	(4)	–	–	–	(1)	–	–	(929)	–	(3.004)
Baixa Depreciação	–	2.160	–	–	4	–	–	–	–	–	–	253	–	2.417
Depreciação	–	(1.279)	(16)	(72)	(23)	(41)	(6)	(31)	(2)	–	(4)	(215)	–	(1.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.600	2.362	171	70	126	452	27	85	30	–	27	1.502	235	6.687
Custo total	26.790	43.242	405	8.081	860	580	128	1.297	178	146	128	2.755	235	84.825
Depreciação acumulada	(25.190)	(40.880)	(234)	(8.011)	(734)	(128)	(101)	(1.212)	(148)	(146)	(101)	(1.253)	–	(78.138)
Valor Residual	1.600	2.362	171	70	126	452	27	85	30	–	27	1.502	235	6.687
Aquisição	–	148	1	393	35	8	432	33	–	–	3	266	–	1.319
Transferência	–	99	420	(195)	(23)	110	(430)	19	–	–	–	–	–	–
Baixa Custo	–	(31.576)	(17)	(6.414)	(1)	–	–	(23)	(14)	(34)	–	(895)	–	(38.974)
Baixa Depreciação	–	31.338	17	6.469	1	–	–	16	14	34	–	203	–	38.092
Depreciação	–	(550)	(84)	(47)	(21)	(119)	(4)	(34)	(7)	–	(5)	(42)	–	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.600	1.821	508	276	117	451	25	96	23	–	25	1.034	235	6.211
Custo total	26.790	11.913	809	1.865	871	698	130	1.326	164	112	131	2.126	235	47.111
Depreciação acumulada	(25.190)	(10.092)	(301)	(1.589)	(754)	(247)	(105)	(1.230)	(141)	(112)	(106)	(1.092)	–	(40.595)
Valor Residual	1.600	1.821	508	276	117	451	25	96	23	–	25	1.034	235	6.211

9. Empréstimos e Financiamentos – São representados por:

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	
Capital de Giro	16.283	14.148	16.283	14.148
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	–	443	–	443
	16.283	14.591	16.283	14.591
Capital de Giro	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
	93.410	70.506	93.805	70.506
	93.410	70.506	93.805	70.506

a) Referem-se a veículos adquiridos por meio de crédito direto ao consumidor

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Refere-se ao valor das provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre a totalidade das receitas diferidas.

11. Patrimônio Líquido – Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, a AGE aprovou o aumento de capital social da companhia em R\$ 27.801, através da conversão do saldo de créditos detidos pela sua controladora Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, passando para R\$ 182.116, mediante a emissão de 139.873 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em todas idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R\$ 193,61 (Reais), por ação, levando em consideração o valor patrimonial dessas ações, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista. O capital Social, totalmente nacional e integralizado, é representado por 940.623 ações sem valor nominal, sendo 731.750 ações ordinárias e 208.873, ações preferenciais.

Reserva de Lucros a Realizar: Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente.

12. Provisão para Demandas Judiciais – A Companhia possui provisões para contingên-

cias de natureza civil e trabalhista que, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantêm provisionado o montante de R\$ 5.801, conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Consolidado		
2024	2023	2024	2023	
Processos Trabalhistas	2.316	7.080	2.316	7.080
Processos Cíveis	3.485	3.485	3.485	3.485
	5.801	10.565	5.801	10.565

13. Receita operacional líquida – Mudanças no Critério de Reconhecimento de Receita: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia passou a adotar como nova prática contábil a apuração de sua receita operacional pelo método do Percentual de Obra Concluída – POC, conforme item 26 do CPC 17, em substituição ao método anterior que era por Medição de Avanço Físico. De acordo com o CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro, requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

14. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia e responsabilidade civil e trabalhistas. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasiona involuntariamente a terceiros. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

15. Gestão de Risco Financeiro – As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles

apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas operações. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, tais como: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de variação da taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **Gerenciamento do risco:** A Companhia está permanentemente exposta aos seguintes riscos financeiros: (i) o risco de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para honrar suas obrigações e atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de variações das taxas de juros e preços de mercado; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e no contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de taxas de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, de monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos e proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **Gestão do capital social:** O objetivo da gestão do capital social da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajuste e adequação às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos quotistas, captação de novos empréstimos, emitir debêntures, entre outros.

Conselho de Administração

José Luis da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cetenco Engenharia S.A. | São Paulo-SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cetenco Engenharia S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cetenco Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
São Paulo, 10 de março de 2025
Binah SP Auditores Independentes
CRC 2SP 009.597/O-8
Isidério Deusdado Fernandes
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações													
CNPJ/MF nº 43.382.027/0001-07													
Relatório da Diretoria													
Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.													
A Diretoria.													
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em Milhares de Reais)					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em Milhares de Reais)								
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Saldo em 31/12/2022	Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultado Exercício e Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
		2024	2023	2024	2023								
Circulante						106.640	3.570	8	21.328	(256.349)	73.725	638.329	583.681
Caixa e Equivalente de Caixa		–	8	35.896	51.597								3.570
Contas a Receber		–	–	103.525	50.157								12.961
Outros Ativos Circulantes		3.467	2.165	94.491	59.315					12.961			12.961
Total do Circulante		3.467	2.173	233.912	161.069	110.210	8	21.328	(243.388)		73.725	638.329	600.212
Não Circulante													
Depósito para Defesa de Recursos		–	–	2.270	2.193								
Empréstimos às Associadas		–	–	1.280	506								
Contas a Receber		–	–	324.371	324.377								(243.388)
Investimentos em Controladas	(7)	673.224	652.400	–	–					243.388			(2.966)
Deságio Aquisição Investimento	(882)	(882)	(882)	(882)	(882)								14.672
Investimentos em Imóveis	(8)	725	725	7.857	17.625								611.918
Imobilizado Líquido		–	–	55.327	6.687								
Intangível		–	–	383.416	398.561								
Total do Não Circulante		673.067	652.243	773.639	749.067	110.210	8	21.328			73.725	406.647	
Total do Ativo		676.534	654.416	1.007.551	910.136								
Passivo													
Circulante													
Contas a Pagar		3.467	2.158	86.014	68.097								
Empréstimos e Financiamentos		–	–	17.189	14.591								
Salários e Encargos		–	–	17.546	12.897								
Provisão para Férias e Encargos		–	–	4.451	3.620								
Impostos, Taxas e Contribuições		237	203	12.735	13.585								
Total do Circulante		3.704	2.361	137.935	112.799								
Não Circulante													
Empréstimos de Associadas	(6)	4.320	4.071	1.279	506								
Empréstimos e Financiamentos		–	–	112.467	79.353								
Impostos a Recolher – Refis		–	–	3	–								
Parcelamentos		164	354	13.656	12.799								
Contas a Pagar	37.288	31.923	68.871	38.442									
Aluguéis a Pagar		–	–	2.445	1.540								
Provisão para Demandas Judiciais		2.135	1.823	7.936	12.388								
Provisões para perdas investimentos		17.005	13.672	4.262	4.392								
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos		–	–	40.815	40.815								
Total do Não Circulante		60.912	51.843	251.731	190.238								
Patrimônio Líquido													
Capital Realizado	(9)	110.210	110.210	110.210	110.210								
Reserva de Capital		8	8	8	8								
Reserva Legal		21.328	21.328	21.328	21.328								
Reserva de Lucros		406.647	638.329	406.647	638.329								
Reserva de Lucros a Realizar	(5)	73.725	73.725	73.725	73.725								
Prejuízos Acumulados		–	(243.388)	–	(243.388)								
Total do Patrim. Líquido		611.918	600.212	611.918	600.212								
Participação dos não controladores		–	–	5.967	6.896								
Total do Passivo		676.534	654.416	1.007.551	910.136								
As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações													
Notas Explicativas													
1. Contexto Operacional – A sociedade com sede na Rua Maria Paula, 36, 4º andar, conj. A, Bela Vista, São Paulo, Capital e tem por objeto a construção, incorporação, comércio e administração de imóveis; administração de empresas, de bens próprios ou de terceiros; importação ou exportação de equipamentos para seu uso, pertinentes ao serviço que vier a executar; participação em outras sociedades. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei nº 6404/76, Lei das Sociedades por Ações, observando as alterações trazidas pelas Leis nºs 11638/07 e 11941/09 e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e, no ano calendário de 2014, a sociedade não fez opção pela adoção da Lei nº 12.973/14. O conselho da administração e a diretoria aprovaram as demonstrações financeiras em 10/03/2025. 3. Principais Práticas Contábeis – a) Investimentos: As Administradoras e Acionistas da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações São Paulo-SP													
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das empresas Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda., Porto São Bento Ltda. e Minérios Centurião Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo que as duas últimas não estão em atividade operacional. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais investimentos naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2024, com base no valor de patrimônio líquido daquelas empresas, como mencionado na nota explicativa nº 7 as demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem													
o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 10 de março de 2025 Binah SP Auditores Independentes CRC 2SP 009.597/O-8 Isidório Deusdado Fernandes CRC CT ISP 165.075/O-2													

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

... continuação	MM & Santos Participações S/A	
eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas	intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria	obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 04 abril de 2025.
	 Ernst & Young Auditores Independentes S/S. CRC SP 027.623/F	Alexandre Fermينو Alvares Contador CRC SP 211.793/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



D28 Securitizadora S/A

Em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Por Ações Denominada “D28 Securitizadora S/A”

1. Data, Hora e Local: Aos 05 dias de Março de 2025, às 10 horas, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4.800, 9º Andar, Sala 91 C, Cidade Jardim, CEP 05676-120. **2. Presença:** Reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição os subscritores da totalidade do capital social da **D28 Securitizadora S/A**, conforme se verificou pelas assinaturas apostas na Lista de Presença, conferida com o Boletim de Subscrição, a saber: (i.) **Amanda De Andrade Manara**, brasileira, solteira, nascida em 09/12/1993, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.273.287 SSP/SP e CPF nº 362.362.128-56, residente e domiciliada no Município de Piracaia, Estado de São Paulo, à Rua das Orquídeas, nº 200, Casa 04, Condomínio Alphaville, bairro Boa Vista, CEP 12970-000, doravante designado simplesmente “**Amanda**”; e (ii.) **Humberto Garcia de Oliveira**, brasileiro, casado, nascido em 29/07/1974, advogado, inscrito na OAB-SP sob o nº 157.750 e OAB/MS 8.180-A, portador da Cédula de Identidade RG nº 591.217 SSP/MS e CPF nº 562.258.731-04, com escritório no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Avenida Anísio Haddad nº 8001, Madri Sul 410, CEP 15091-751, doravante designado simplesmente “**HUMBERTO**”; e (iii.) **Micheli Garcia dos Reis**, brasileira, solteira, nascida em 02/02/1983, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.303.579-8 SSP/SP e CPF nº 313.162.078-11, residente e domiciliada no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, à Rua Lazaro Camargo Emke, nº 2271, bairro Jardim Alvorada, CEP 15020-080, doravante designada simplesmente “**Micheli**”; **3. Os Presentes:** foi escolhida para presidir a Assembleia Geral de Constituição a Sra. Amanda de Andrade Manara, que convidou a Sra. Micheli Garcia dos Reis, para secretariá-la, ficando desta forma constituída a mesa dirigente. **4. Ordem do Dia:** Constituída a mesa e verificadas as condições legais de deliberação, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral e esclareceu, como era de conhecimento de todos, que a presente tinha como ordem do dia: i. Deliberar sobre a constituição de uma sociedade por ações, na forma disciplinada pela Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, tal como alterada de tempos em tempos (a seguir “**Lei n.º 6.404**”), sob a denominação de **D28 Securitizadora S/A**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4.800, 9º Andar, Sala 91 C, Cidade Jardim, CEP 05676-120. ii. Apreciar o projeto de Estatuto Social e Boletim de Subscrição; e iii. Eleger os membros da Diretoria. **5. Deliberações:** Após a realização de debates sobre as matérias que integravam a ordem do dia, a Assembleia Geral, por deliberação unânime: **5.1. Constituição e Denominação Social:** aprovou a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação **D28 Securitizadora S/A**, disciplinada pela Lei n.º 6.404, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4.800, 9º Andar, Sala 91 C, Cidade Jardim, CEP 05676-120 (a “**Companhia**”); **5.2. Capital Social:** aprovou o capital social de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizado pelo quadro acionário da **D28 Securitizadora S/A**, em consonância com o artigo 251 da lei 6.404/76, atualizada pela lei 9.457/97. A integralização se da nesse ato em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata, sendo que 10% (dez por cento) desse valor é depositado em nome da sociedade em constituição perante instituição bancária. O montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) cujo depósito previsto no inciso III do artigo 80 da Seção I do Capítulo VII da Lei 6.404/76, referente aos 10% (dez por cento) da integralização em dinheiro é apresentado a Jucesp por ocasião do Registro. **5.3. Estatuto Social:** foi aprovado o Estatuto Social da **D28 Securitizadora S/A**, que integra o presente como seu **Anexo II**; **5.4. Diretoria:** foram eleitos como membros da Diretoria: **Amanda de Andrade Manara**, anteriormente qualificada, para o cargo de **Diretora Presidente**, e **Humberto Garcia de Oliveira**, anteriormente qualificado, para o cargo de **Diretor Vice Presidente**. **5.4.1. Declaração de Desimpedimento.** Os Diretores eleitos declaram, para os devidos fins, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º, da Lei n.º 6.404. **5.4.2. Posse.** Os membros da Diretoria ora eleitos serão investidos em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento, que serão lavrados em livro próprio da Companhia. **5.4.3. Remuneração.** Os membros da Diretoria não receberão remuneração para o exercício de seus cargos. **5.4.4. Mandato.** O prazo do mandato será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **6. Documentos Arquivados na Sede Social:** Estatuto Social da Companhia e Boletim de Subscrição. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, §1º, da Lei n.º 6.404. Reaberta a sessão, esta ata foi lida e, achada conforme, foi assinada por todos os presentes. “**Estatuto Social da D28 Securitizadora S/A” Capítulo I - Denominação Social, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A **D28 Securitizadora S/A** é uma sociedade por ações constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que se regerá pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis (a “**Companhia**”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4.800, 9º Andar, Sala 91 C, Cidade Jardim, CEP 05676-120, e, mediante deliberação da Diretoria, poderão ser abertas, instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: - Securitização de Créditos (CNAE 6492-1/00); - Sociedades de Investimentos (CNAE 6499-9/02); e - Fundo Garantidor de Crédito (CNAE 6499-9/03). **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** A cada ação de emissão da Companhia corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Artigo 8º.** A Companhia deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbações ou transferências de ações. **Artigo 9º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso das ações corresponderá ao valor proporcional do patrimônio líquido da Companhia, nos termos do artigo 45 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976. **Artigo 10.** É vedado aos acionistas caucionar, ou de qualquer forma empenhar ou onerar suas ações, no todo ou em parte, salvo para garantia de obrigações da própria Companhia. **Artigo 11.** O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a outros acionistas ou a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar os demais acionistas da Companhia, por escrito, para que tais acionistas possam, em igualdade de condições e na proporção de suas respectivas participações no capital social, ajustadas pela exclusão da participação do acionista ofertante, exercer o direito de preferência para a aquisição das ações ou direitos de subscrição ofertados. **Parágrafo 1º.** A notificação de que trata o caput deste artigo deverá conter a identidade e qualificação do(s) terceiro(s) interessado(s) na aquisição das ações ou direitos de subscrição, o preço oferecido, a forma de pagamento e os demais termos e condições aplicáveis à oferta. Na hipótese de o terceiro interessado ser pessoa jurídica, a notificação de que trata este Parágrafo deverá conter, ainda, a indicação do respectivo sócio ou acionista controlador, aplicando-se, nesse particular, a definição estabelecida nos artigos 116 e 243, §2º, da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976. **Parágrafo 2º.** Os acionistas notificados nos termos do Parágrafo anterior poderão exercer o direito de preferência previsto no caput deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias, tratando-se de ações, e de 15 (quinze) dias, tratando-se de direitos de subscrição, contados, em qualquer caso, do recebimento da referida notificação. **Parágrafo 3º.** Na comunicação de que trata o Parágrafo 1º, o acionista notificado que vier a, por meio dela, manifestar o exercício de seu direito de preferência sobre a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados que lhe caiba nos termos do Artigo 11, caput, “in fine”, supra, deverá declarar, ainda, seu interesse na aquisição de sobras de ações ou direitos de subscrição ofertados, decorrentes do não-exercício do direito de preferência por outros acionistas, indicando a quantidade máxima de sobras que se dispõe a adquirir. Tais sobras, se houver, serão automaticamente alocadas entre os acionistas notificados que houverem manifestado interesse, na proporção de suas respectivas participações no capital social, devidamente ajustada pela exclusão da participação de todos os demais acionistas, e observado o limite do interesse de cada um na aquisição das sobras, restando os acionistas notificados, a partir da declaração do exercício do direito de preferência, irretratavelmente obrigados a adquirir as ações ou direitos de subscrição sobre os quais houver recaído sua manifestação, inclusive as sobras, se for o caso. **Parágrafo 4º.** Decorrido o prazo a que se refere o Parágrafo 2º, supra, sem que os acionistas notificados exerçam o seu direito de preferência sobre a totalidade das ações ou direitos de subscrição ofertados, a alienação das ações ou direitos de subscrição remanescentes poderá ser contratada pelo acionista ofertante com o(s) terceiro(s) interessado(s), nos 60 (sessenta) dias subsequentes, nas exatas condições da oferta original. Decorrido esse prazo sem que se efetive a transferência, ou caso sejam alteradas, a qualquer tempo, por negociação ou qualquer outro motivo, quaisquer condições da oferta original, o acionista ofertante, se ainda desejar alienar suas ações ou direitos de subscrição, deverá renovar o procedimento estabelecido neste artigo. **Parágrafo 5º.** O direito de preferência previsto neste artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e será aplicável também em caso de alienação ou transferência de títulos conversíveis em ações ou direitos de subscrição que venham a ser emitidos pela Companhia. Serão nulos e ineficazes perante a Companhia, não podendo ser registrados em seus livros, quaisquer negócios realizados com violação ao direito de preferência disciplinado neste Estatuto Social ou com violação a eventuais outras restrições à circulação das ações da Companhia devidamente averbadas em seus livros. **Capítulo III Assembleias Gerais - Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer acionista. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos presentes, indicado por acionista(s) que represente(m) a maioria do capital social. No momento da instalação, o presidente escolherá outro entre os presentes para secretariar os trabalhos da Assembleia Geral. **Artigo 14.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único** Apenas poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) Diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, respeitado o disposto no parágrafo seguinte, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo 1º.** O mandato dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, mas, qualquer que seja a data de sua eleição, os respectivos mandatos terminarão na data da realização da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões. Mesmo se vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos titulares. Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos, inclusive por mais de uma vez. **Parágrafo 2º.** A investidura dos Diretores em seus cargos dar-se-á mediante assinatura de termo de posse no livro de atas de reuniões da Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 16.** A Assembleia Geral da Companhia fixará os honorários da Diretoria, em montante global e anual para cada membro. **Artigo 17.** Além dos que forem necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. **Artigo 18.** Observado o disposto no Artigo 17, acima, a Companhia considerar-se-á obrigada sempre que representada pela assinatura de um dos membros da Diretoria, ou por um Procurador, respeitadas as regras do Parágrafo Único, abaixo. **Parágrafo único** Os mandatos outorgados pela Companhia, salvo se contiverem a “cláusula ad judicium et extra”, serão outorgados sempre pelos 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, e terão prazo de vigência determinado, e não admitirão subestabelecimento. **Artigo 19.** Em operações estranhas ao objeto social, é vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, contrair obrigações de qualquer natureza, ou ainda praticar quaisquer dos atos determinados no Artigo 17, salvo se houver prévia e expressa autorização da Assembleia Geral a esse respeito. **Parágrafo único** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia, respondendo o Diretor ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações deles decorrentes. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 20.** O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, com as atribuições e nos termos previstos em lei. **Parágrafo único.** O Conselho Fiscal somente instalar-se-á e funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas reunidos em Assembleia Geral solicitarem o seu funcionamento, observadas as disposições legais, sendo que cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, Parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976. **Capítulo VI - Exercício Social e Distribuição de Resultados - Artigo 21.** O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 22.** Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Do lucro líquido apurado após as deduções previstas neste artigo, serão destinados sucessivamente e nesta ordem: (a.) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que essa atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada, ainda, no exercício em que o saldo de tal reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 20% (vinte por cento) do capital social; e (b.) 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendo mínimo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, compensáveis com os eventuais dividendos intermediários e/ou intercalares que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio. **Parágrafo 1º.** Os dividendos serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Parágrafo 2º.** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como “Reserva Especial” e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 23.** A Diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 24.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de “Lucros Acumulados” ou de “Reservas de Lucros” existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembleia Geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 22, alínea “b”, supra. **Artigo 25.** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VII - Liquidação da Companhia - Artigo 26.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 27.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer divergências oriundas do cumprimento ou interpretação deste estatuto social. **Artigo 28.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976”. Amanda de Andrade Manara – Diretora Presidente **Humberto Garcia de Oliveira – Diretor Vice Presidente. Advogado: Humberto Garcia de Oliveira** - OAB/SP n.º 157750. Jucesp sob o NIRE nº 3530066149-4 em 31/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



ICP
Brasil

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**